

MARIA ISABEL FELIX

COMBATENDO A MISÉRIA:

A PRÁTICA ASSISTENCIAL EM ROLÂNDIA - 1949/1983

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a Dr^a Márcia Dalledone Siqueira

Curitiba

1994

Dedico este trabalho à minha
família, por tudo.

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo; que sempre vem a ser "culpado" de conseqüências que jamais desejou ou possuiu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as conseqüências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais termina inequivocamente num único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se revela ao ator, mas somente à visão retrospectiva do historiador, que não participa da ação.

Hannah Arendt - A condição humana.

Agradecimentos

Este trabalho, elaborado como parte do programa de pós-graduação para obtenção do título de mestre, não poderia ter sido concluído sem a colaboração de diversos amigos e colegas. As sugestões feitas por eles, o apoio recebido acham-se presentes nestas páginas, e a todos dirijo meu reconhecimento.

Inicialmente, devo agradecer D^a Odete Godoy e Tânia Ferreira por ter auxiliado na fase de levantamento das fontes, localizando-os e permitindo a sua reprodução.

Agradeço a professora Maria Ignês M. de Boni pelo estímulo inicial para me lançar à investigação e a orientação paciente no começo deste trabalho.

A professora Márcia D. Siqueira, tenho débito maior, assumiu a orientação, estimulou-me a terminar o trabalho. Soube unir a tarefa de orientar e a capacidade de reanimar a orientada frente as numerosas dificuldades e esteve ao meu lado nos pedidos de prorrogação.

Agradeço ao professor Willian R.

Meirelles pela leitura crítica e o carinho com que apontou as principais deficiências do trabalho.

Quero agradecer a ex-professora e amiga Mariana Almeida por ter incentivado a continuar meus estudos em grau e instituição às quais não me eram familiar, bem como suas sugestões para facilitar o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos amigos que prestaram mais que uma contribuição direta ao trabalho:

A Regina Alegro, sou grata por ter ouvido pacientemente minhas lamentações e angústias com relação à minha insegurança e em trabalhar dentro de prazos estabelecidos.

A Marlene, que merece uma referência especial, por isso mesmo difícil de ser transcrita aqui. Muito obrigado!

Ao Moacyr e Luciano, que me deram o privilégio de conhecê-los na época da Faculdade e muito me acrescentaram com suas conversas "sérias" que se estendem até hoje. Por vocês fazerem parte da minha vida, dedico-lhes este trabalho.

Finalmente, agradeço a pós-graduação em História da UFPr por esticar os prazos perdidos, sem os quais seria impossível o término da dissertação.

À CAPES e a CNPq pela ajuda financeira

no início deste trabalho.

A todos muito obrigado e a certeza que sem a colaboração de vocês não seria possível concluir este trabalho.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO I - População Urbana e Rural
- Paraná e Rolândia..... 38
- QUADRO II - Estabelecimento de prestação de
serviço em Rolândia - 1980..... 40
- QUADRO III - Setor de atividade econômica e
dependência, por condição de atividade
(Rolândia) - 1960..... 42
- QUADRO IV - Setor de atividade de dependência, por
condição da atividade - Rolândia - 1970.... 44
- QUADRO V - Pessoas de 10 anos ou mais por setor
de atividade econômica e dependência
por condição de atividade
- Rolândia - 1980..... 45
- QUADRO VI - Rendimento mensal: por salário e sexo
- Rolândia - 1980..... 47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
-----------------	---

CAPÍTULO I

1.1- Do campo à cidade: a sociedade brasileira ganha novos contornos.....	19
1.2- Da erradicação do café à modernização da agricultura.....	26
1.3- De colono a bóia-fria.....	32
1.4- Rolândia: o campo de análise.....	37

CAPÍTULO II

2.1- Combatendo a Miséria.....	53
2.2- Reconhecendo a desigualdade.....	69
2.3- Normatização da ajuda e a medição das relações sociais.....	69
2.4- Articulando contatos e ampliando o auxílio.....	83

CAPÍTULO III

3.1- Vigiar a pobreza.....	95
----------------------------	----

3.2- A intenção e a prática.....	113
Considerações Finais.....	123
Fontes e Bibliografia.....	128
Anexos.....	136

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a prática assistencial de diversas entidades de assistência social da cidade de Rolândia no período de 1949/83 e sua interferência no cotidiano de pessoas carentes.

O estudo destaca a prática assistencial em temas como: lazer, educação, saúde, higiene e alimentação. No âmbito desta pesquisa, é examinado o contexto sócio-econômico que se insere o município; as transformações ocorridas no campo que acabaram por provocar mudanças no meio urbano, tornando a "pobreza visível" e como ocorre os diferentes níveis de organização da ajuda, tendo em vista a manutenção da ordem.

Para proceder a esta pesquisa foram utilizadas atas e relatórios das entidades assistenciais, bem como Boletins Informativos e Monografias de assistentes sociais produzidas e aplicadas nesta realidade social.

Résumé

Cet ouvrage a l'objectif d'analyser la pratique assistentielle de plusieurs institutions sociales de la ville de Rolândia, entre 1949 et 1987, et ses interférences dans la vie quotidienne des gens qu'ont besoin.

Cette étude observe la pratique assistentielle au niveau du loisir, de l'éducation, de la santé, de l'hygiène et de l'alimentation. Dans cette recherche, on analyse le contexte social et économique qui s'insère dans la ville de Rolândia, les changements qui ont eu lieu dans la campagne et qui ont transformé l'univers urbain, en créant une "pauvreté visible", et comme s'organise les différents moyens d'aide sociale en ayant compte le maintien d'ordre.

A fin d'effectuer cette recherche nous avons employé des documents et des rapports des entités assistentielles, des informatifs et des monographies relatives à cette réalité sociale.

INTRODUÇÃO

Atualmente, fala-se muito em prioridades para o social. Esta é a reivindicação da sociedade, como elemento chave para a constituição da plena cidadania e consolidação da democracia em bases justas.

Formou-se um consenso sobre a obrigação coletiva para com os despossuídos, com os necessitados, com os abandonados. Coloca-se a necessidade de orientá-los, de educá-los, de abrigá-los, apresentando a assistência tão somente como forma de prestação de serviços, de apoio, buscando minorar suas agruras ou satisfazer suas necessidades.

Porém, não é recente o interesse da sociedade pelo assistencialismo, que do ponto de vista histórico, destacou-se entre as formas de ação social implementadas, seja por indivíduos ou associações, seja por organismos públicos ou privados.

Nessa medida, o propósito que inspirou o presente trabalho foi o da percepção inicial de um acentuado interesse por parte dos grupos prestadores de serviços assistenciais, tais como: Associação das Damas de Caridade, Associação de Proteção à Infância, Sociedade São

Vicente de Paula, Sociedade Espírita Maria de Nazaré¹ entre outras, em tentar "resolver" a vida de pessoas que contam com recursos mínimos para a sua subsistência.

Essa constatação fez com que algumas indagações viessem à tona. Como essas associações atuam? Que discurso justifica suas ações assistenciais? Suas práticas sociais atingem que tipo de pessoas? Como conseguem recursos financeiros para manter diversas entidades assistenciais? Por que esse obcecado interesse em fazer campanhas beneficentes?

A partir daí, observou-se que as precárias condições de vida da população têm sido objeto de atenção por parte das diversas associações prestadoras de serviços assistenciais, o que ocasionou, na cidade de Rolândia, o aparecimento de um grande número de entidades assistenciais (religiosas ou não) procurando "combater" a miséria. Mas como surgem os miseráveis, os pobres? Quem são eles? Pobres sempre houve. Por que em determinados momentos chamam mais atenção?

Certos aspectos econômicos da cidade parecem ser importantes para explicar e situar os objetivos desta pesquisa. Assim, a investigação se fixará no contexto

¹Não foi possível trabalhar a instituição devido à falta de documentação, embora exista na cidade desde 1955 e em alguns momentos tenha trabalhado ao lado da Associação das Damas de Caridade, conforme pode ser constatado pelas Atas de 03/07/58, 06/11/62 e 30/01/64.

de transformações sociais ocorridas no município e na região através de um processo de migração campo-cidade e no confronto constante entre riqueza e pobreza.

Constrói-se, a partir daí, a hipótese principal que norteará esta pesquisa: a possibilidade de a prática assistencial agir como elemento controlador e mediador das relações entre as diversas camadas sociais, o que transformará a cidade num ambiente normatizado e previsível.

Nesse sentido, o esforço de interpretação se realizará a partir de alguns pressupostos teóricos, ou melhor, de formulações de Michel Foucault concernentes a um processo de disciplinarização, e de outros pesquisadores do tema, que podemos vislumbrar nos programas de assistência.

Os analistas da arqueologia do poder e do saber consideram que

*"... o saber assistencial assume forma de uma disciplina, definindo-se como conjunto de teorias e técnicas sobre a assistência, surge como normalizador de um determinado campo da prática social, sendo definido como recuperador das individualidades que se desviaram dos exercícios das 'normas estabelecidas' e ou que estão em processo de serem aplicadas nas instituições sociais."*²

²SPOSATI, Aldaíza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza, São Paulo: Cortez, 1988, p.59.

A prática assistencial revela ser um campo fértil, que se estende por diversos setores da sociedade-médico, educacional, jurídico. É impossível perceber que, ao lado das intenções de uma ação assistencial, perpassam objetivos menos explícitos, porém não menos reais: de controle, de ordem, de disciplina.

A assistência social particular³ atua num espaço que fica entre o público e o privado, na medida em que não pretende somente arrecadar e distribuir recursos materiais, mas orientar quanto à higiene pessoal e do lar, quanto à formação da família e ao desenvolvimento de programas educativos, de lazer e de capacitação profissional.

Sob esta ótica, o objetivo principal que norteará esta pesquisa é, portanto, o de descrever e analisar as medidas assistenciais praticadas pelas diversas associações prestadoras de serviços assistenciais e sua atuação no cotidiano da população assistida, bem como demonstrar de que forma ocorrem os diferentes níveis de organização da ajuda e quais os mecanismos de mediação entre as diversas camadas sociais.

³A caracterização de Assistência Social particular é feita pelas próprias entidades assistenciais, uma vez que não são oficialmente vinculadas ao programa de assistência do Estado nem aos cofres públicos. Os recursos para manter a entidade assistencial depende mais da contribuição voluntária e das campanhas beneficentes.

As associações - Associação das Damas de Caridade, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Sociedade São Vicente de Paula, entre outras - mantêm creches, fazem visitas a domicílios, organizam clubes de mães, de idosos, arrecadam alimentos e vestuários, fazem a distribuição dos mesmos. Enfim, visam atender uma população que reconhecem como necessitada, desamparada, despossuída, pobre. Mesmo porque esta população quer ser atendida.

A estratégia de organização e ação da assistência social, dessas associações acaba por justificar a sua prática. Estas ações visam a penetrar no cotidiano da vida da população carente, através de múltiplas alternativas. Ao manter uma creche, por exemplo, a maior preocupação, além da criança, é com a sua família. Através de reuniões com os pais ou responsáveis, visitam suas casas, orientando quanto à arrumação das mesmas, quanto à educação da criança, à alimentação, e dando ainda orientação religiosa, etc.⁴

O que autoriza as entidades assistenciais a fazerem tal incursão? Por que se consideram aptas a educar, a orientar? Com que objetivos fazem?

Trabalhando com a questão de poder

⁴Cf. Ata de 20/05/1961 da Creche São José, mantida pela Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

disciplinar e a normatização da sociedade, Maria Clementina esclarece:

*"...a família burguesa, moralizada e higiênica, tenderá crescentemente a projetar seu modelo para o conjunto do tecido social (...) A tentativa de moralizar os pobres da cidade deve atingir, nesta medida, todas as instâncias da vida cotidiana e o que se pretende é 'ensinar' as disciplinas sem alterar as condições de existência destas amplas camadas da população urbana."*⁵

Assim, para demonstrar a estratégia de controle social, de disciplinarização, lançar-se-á mão de informações necessárias cujas idéias serão produzidas e absorvidas, tanto pelos assistidos como pelos assistentes. Como pode ser constatado através do Estatuto da Associação das Damas de Caridade, esta tem por finalidade:

*"... desenvolver o espírito de caridade cristã entre os associados e para com os pobres, dar a ocasião os meios de aperfeiçoamento moral, intelectual e religioso, principalmente à gestante pobre e zelar pelo bem estar da criança, mantendo uma creche."*⁶

Nota-se a diferença estabelecida entre

⁵CUNHA, Maria Clementina, Espelho do mundo. - Juquery, a história de uma vida, R.J.: Paz e Terra, 1986, p.33-34

⁶Estatuto da Associação das Damas de Caridade de Rolândia, Art. 3º, 1967

os associados (os assistentes) e os outros (os pobres), e de que forma são destinados os ensinamentos: aos associados, desenvolver o espírito de caridade cristã; aos pobres, o aperfeiçoamento das regras de higiene, saúde e da moralidade. Esses dispositivos de poder disciplinar, Michel Foucault denomina de *"os recursos para o bom adestramento"*. Para o autor, o poder disciplinar, graças a vigilância hierarquizada,

*"organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam sobre os outros: fiscais permanentemente fiscalizados."*⁷

Ainda sobre os *"recursos do bom adestramento"* Foucault chama atenção, esclarecendo que a

*"disciplina avalia os indivíduos 'com verdade', a penalidade que ela põe em execução se integra ao ciclo de conhecimento dos indivíduos. A penalidade que atravessa todos os pontos e controla todo o instante das instituições disciplinares compara, diferencia, homenageia, exclui. Em uma só palavra, ela normaliza."*⁸

⁷FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir; nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., 1987, p.158

⁸Idem p.163

Assim é que o parágrafo único do artigo 3º do Estatuto das Damas de Caridade chama especial atenção. A associação aceita todas as senhoras que desejarem fazer parte da entidade assistencial; porém, "*... a diretoria pode recusar àquela que por motivo justo não merecer pertencer a associação.*"⁹

Pode-se inferir, a partir do exposto, que os "discursos de verdade" serão elaborados e utilizados como referencial delineador de comportamentos, de atitudes, os quais não devem entrar em discordância com o modelo que foi traçado. O discurso começará a produzir a imagem que se deve passar para toda a sociedade, associada à família, à moralidade. Tal estratégia revela que o indivíduo, ao mesmo tempo, organiza e reforça o quadro do ideário que foi elaborado.

Ao se resgatar uma determinada prática assistencial, busca-se o material necessário para a realização da pesquisa. Assim, numa primeira investigação datada balizas os anos de 1949 e 1983. De acordo com a documentação, a data inicial registra a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI -, como sendo uma primeira tomada de posição identificável de serviço à assistência social na cidade de Rolândia. E no ano de 1983, sob a direção da Secretaria de Bem-Estar-Social, o município

⁹Estatuto das Damas de Caridade de Rolândia, Art. 3º, § único, 1967

assume maior responsabilidade nessa área, financiando as questões relativas à assistência social, que apontam para uma "nova" abordagem, mais técnica e menos leiga.

O ano de 1983 passou, então, a assinalar o marco final desta pesquisa que se ocupa de uma trajetória de pouco mais de três décadas. Porém, a fixação de datas limites, como toda tentativa de periodização, enfrenta problemas; por isso mesmo, deve ser tratada com reservas.

Por outro lado, a maior parte das fontes disponíveis para a análise que se tem em vista corresponde aos anos entre 1970 a 1980. Este período é imediatamente posterior às transformações ocorridas no campo - mecanização da agricultura, erradicação dos cafezais -, que levaram grande contingente populacional para a cidade. As freqüentes campanhas beneficentes, as reuniões registradas em Atas das diversas entidades assistenciais, a fundação de creches e lares fizeram-nos constatar que a miséria foi "descoberta" na cidade e a necessidade de "combatê-la" tornou-se evidente. A partir daí, definiu-se que a pesquisa se concentraria num espaço de tempo dentro do qual é possível observar o momento que o homem deixa o campo e põe-se em marcha para a cidade, e a atuação das entidades assistenciais.

Assim, tendo como ponto de partida o

fato de a assistência social existir como "auxílio" aos "problemas sociais" (mãe solteira, menor abandonado, mendicância, desemprego, sub-emprego, "ênfim, uma série de acontecimentos e características da nossa civilização,"¹⁰), torna-se necessário estudar o contexto sócio-econômico em que se inserem.

Dessa forma, fomos levados a indagar: existe uma relação direta entre o êxodo rural provocado pelo processo de modernização no campo e os problemas sociais de âmbito urbano, ou seja, existe uma correlação entre migração e desemprego ou sub-emprego? A miséria existente na cidade induz as entidades assistenciais a elaborarem estratégias de controle social?

Segundo José Pastore, que analisa a pobreza rural e a pobreza urbana, num trabalho intitulado "Mudança Social e Pobreza no Brasil: O que ocorreu com a família brasileira?", em 1970 havia cerca de 2,6 milhões de famílias pobres na zona urbana e 4,7 milhões na zona rural. Em 1980, a pobreza urbana afetava 1,6 milhões de famílias e a pobreza rural, 2,8 milhões. Portanto, para o autor, a diminuição da pobreza se deu no mesmo ritmo, tanto na cidade como no campo.¹¹

¹⁰AMENCAR - Boletim Informativo, ano I, nº2, 1981, p.2

¹¹PASTORE, José. Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970/1980 (O que ocorreu com a família brasileira?) Pioneira; FIPE, 1983. O autor considera que família pobre é aquela que sobrevive com menos de 1/4 de salário mínimo per capita por mês. p.47

As conclusões possíveis sobre o fenômeno, na ótica do economista, são de que na zona rural não há lugar para o desemprego total. Além disso, houve um grande número de famílias que deixaram o campo e mudaram para a cidade nesse momento. Na cidade, porém, as famílias desempregadas podem dispor de outros recursos para sobreviver, ainda que temporariamente - o trabalho dos não disponíveis, por exemplo.

O economista explica que o trabalho dos não disponíveis é, na maioria das vezes, formado pelo trabalho dos menores.

"Diante da precariedade de sua condição econômica e diante das adversidades do mercado de trabalho, as famílias se vêem obrigadas a utilizar membros que não deveriam trabalhar, ou seja, as crianças..."¹²

Ocorrem neste caso duas situações: a) Se a mãe sai para trabalhar, os filhos menores ficam sem os cuidados necessários, ou, na melhor das hipóteses, são enviados à creche; b) Se a mãe atende o lar, são as crianças que auxiliam no orçamento familiar.

Questão semelhante foi discutida entre as "Damas de Caridade". Veja-se:

"o problema de socorro a

¹²Idem p.81

*indigência foi calorosamente discutido. Resolvemos não apenas ajudar os pobres com doações mas com possibilidades de eles próprios se ajudarem. Da forma seguinte: empregar os desempregados e as desempregadas. Esbarramos com uma série de dificuldades. Uma mulher sadia e capaz pode empregar se ela tem cinco filhos pequenos? Surgiu daí a idéia de fundar uma creche."*¹³

O contingente populacional que se transforma em assistidos e recebe auxílio das entidades assistenciais são, preferencialmente, as mulheres e as crianças. Na cidade, as famílias transferidas do meio rural podem enfrentar o desemprego total, uma vez que se encontram menos preparadas para o mercado de trabalho. Torna-se, assim, mais visível a pobreza urbana.

O quadro demográfico do município de Rolândia apresenta mudanças e a cidade ganha novos contornos. Observa-se que o maior aumento populacional no meio urbano ocorreu no período em que se concentra a pesquisa. De 1960 a 1970, a população urbana cresceu 61%. Na década seguinte, 1970/1980, 49,70%. Já na zona rural, a percentagem é de 24,72% e 38,20%, respectivamente.

São dessas camadas sociais, já desamparadas num primeiro momento, que advém a produção em grande escala dos problemas sociais?

¹³Ata de 08/08/1957, da Associação das Damas de Caridade de Rolândia, livro I
p.4

Com relação a essa questão, Marli Rosa Müller demonstra que o

*"... êxodo rural só não foi maior por que grande número de trabalhadores rurais, agora transformados em volantes ou bóias-frias, continuaram residindo na zona rural em casas alugadas das antigas colônias das fazendas de café."*¹⁴

A partir dessa compreensão, esta pesquisa não tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados da prática assistencial no "combate à pobreza", mesmo porque as diversas entidades assistenciais fazem parte da própria estratégia do Estado Capitalista, que organiza sua ação de modo a interferir no cotidiano da população através de diversos setores responsáveis por administrar crises econômicas, sociais e políticas.

Para a realização desta pesquisa, serão utilizadas as seguintes fontes históricas: Estatuto e Atas de reunião das associações prestadoras de serviços assistenciais: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, fundada em 1949; Sociedade das Damas de Caridade de Rolândia fundada em 06/07/1957; Sociedade São Vicente de Paula fundada em 1956 (embora não exista ata de fundação,

¹⁴MÜLLER, Marli R. Subsídios para minimizar a Subeducação rural: Fundamentado no estudo de uma realidade concreta, o município de Rolândia. Dissertação de Mestrado UFPR. p.66 - (observação feita "in loco" pela Autora)

na sede da sociedade há uma placa que informa a existência da sociedade desde esta data). Tanto a Sociedade São Vicente de Paula como a Sociedade Espírita Maria de Nazaré não se caracterizam por fazer atas de suas reuniões, ou arquivar sua documentação. Seus integrantes atuam nas campanhas beneficentes ao lado das outras entidades assistenciais. Estas entidades são mantenedoras de creches e lares infantis. Por apresentar uma documentação mais organizada e prontificar-se a nos atender, a Creche São José, mantida pela Associação das Damas de Caridade de Rolândia, será utilizada com o modelo da prática assistencial prestada pelas entidades. A documentação disponível na Creche São José é composta de Estatuto, Atas, Registro de ingresso das crianças, além de Boletins Informativos de entidades assistenciais que mantêm convênio com a creche. Entre eles, o Boletim Informativo do AMENCAR - Amparo ao Menor Carente. Estes boletins são bimestrais e são utilizados na creche a partir de 1976, data do convênio. Temos ainda os relatórios anuais do AMENCAR.

Dispõem-se também dos Boletins Informativos da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A. -, arquivados na creche São José a partir de 1970.

Esses boletins trazem orientação quanto à alimentação, saúde, lazer, educação, higiene, etc, e são utilizados como manual de orientação pelo pessoal que

trabalha na creche.

Utilizar-se-ão ainda os trabalhos acadêmicos das assistentes sociais sobre a assistência em Rolândia. Esses trabalhos foram apresentados ao departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

O material possibilita demonstrar como se efetiva a prática assistencial e como são elaborados mecanismos de controle social, neutralizadores de ameaça à ordem vigente, encarnada nas camadas sociais de necessitados e despossuídos.

Os pressupostos teórico-metodológicos que nortearão esta pesquisa aparecerão diluídos no corpo do trabalho. O mesmo está dividido em três capítulos, assim discriminados:

No primeiro, "Do Campo à Cidade: a sociedade brasileira ganha novos contornos", pretende-se demonstrar como a economia rural da região e do município de Rolândia se caracteriza, a partir dos anos 30, como um importante pólo produtor de café e consumidor de grande quantidade de mão-de-obra, estabelecendo, uma relação com a transformação social ocorrida na sociedade brasileira a partir do processo de modernização no campo, que provocou mudanças de âmbito urbano. Mudanças que atingiram e obedeceram a critérios semelhantes em todo território

brasileiro. Ao analisar a cidade de Rolândia, pretende-se observar como esta se adaptará ao "novo" contexto.

No segundo capítulo, "Combatendo a Miséria", tenciona-se abordar o que se entende por política social, assistência social e a relação que estas práticas vão manter com a população que depende dos serviços de assistência. Pretende-se discutir os diferentes níveis de organização da ajuda e quais os mecanismos utilizados na medição das relações sociais com a intenção de manutenção da ordem.

No terceiro capítulo, "Vigiando a pobreza", procura-se apreender a interfência dos programas de assistência social em temas como lazer, família, educação, higiene, saúde, numa tentativa de uniformizar modelos de comportamento para a sociedade.

CAPÍTULO I

1.1. DO CAMPO A CIDADE: a sociedade brasileira ganha novos contornos

A modificação do espaço geográfico que foi estabelecido como Norte do Paraná é bastante conhecida pela historiografia que estuda a região¹. Nasceu sob tutela da modernização econômica e comportamental desencadeada no Brasil a partir da década de 1930, e é decorrente do processo de colonização regional realizado pela Companhia Inglesa "Brazil Plantations Ltda", cuja subsidiária brasileira foi a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP².

Portanto, a análise que se faz do desenvolvimento regional relacionado à ocupação Norte do Paraná é que este se fez num momento de redefinição da divisão regional do trabalho em termos nacionais. Assim, a reocupação da região Norte do Paraná deve ser compreendida como um processo inserido num contexto mais amplo da

¹Nadir Aparecida Cancian, Nelson Dácio Thomazi, P. Padis entre outros.

²Não é objetivo deste trabalho analisar o discurso nacional sobre a ocupação de "espaços vazios" do território brasileiro, nem tampouco considerar se o discurso da CTNP sobre proporcionar ao homem trabalhador o acesso à prioridade da terra veio a se realizar.

divisão internacional e inter-regional do trabalho³.

O empreendimento da CTNP, proprietária dos 515 mil alqueires de terra adquirida do governo do Estado do Paraná, fez a divisão da área rural "*em pequenos lotes que seriam vendidos a pequenos lavradores*", privilegiando assim, a pequena propriedade⁴. Essa estrutura fundiária possibilitou um rápido desenvolvimento econômico e um aumento considerável de mão-de-obra representado por pequenos proprietários e arrendatários.

O terreno que compreende hoje o município de Rolândia estava dividido em quatro glebas: Gleba Roland, Gleba Cafezal, Gleba Bandeirantes e Gleba Rolândia.

As glebas foram ocupadas por migrantes estrangeiros, alemães na sua maioria, que se agrupam na gleba Roland⁵. Os outros imigrantes estrangeiros, como os

³Cf. Silva, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da Indústria no Brasil. S.P. Alfa-Omega, 1976.

⁴Schewngerber, Claudia P. Rolândia 40, 1974 (mimeografado), ver também Villanueva, Orion. Terras de Pioneiros, Opê, Londrina, 1974. e Lopes, Ana Yara D.P. Pioneiros do Capital - A colonização do Norte do Paraná. Dissertação de mestrado (mimeografado) 1982, p. 132.

⁵Nelson Tomazi, na dissertação de mestrado "Certeza de Lucro e direito a propriedade: O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná" demonstra como a propaganda no exterior foi abundante, principalmente na Alemanha e Itália. Segundo Tomazi, Lord Lovat, representante da CTNP, fez contatos com organizações públicas e privadas da Europa interessadas no deslocamento de imigrantes para terras da Companhia. Um dos resultados foi um acordo feito com a Companhia para estudos econômicos, Além Mar da Alema-

japoneses, fixaram-se na gleba Cafezal; os italianos na gleba Bandeirantes e os portugueses e espanhóis na gleba Rolândia⁶.

No decorrer desse movimento de reocupação espacial, podem-se diferenciar dois tipos de corrente migratória que vieram para esta região: uma estrangeira e outra nacional.

Os migrantes nacionais constituíam-se de paulistas, nordestinos e mineiros, que vieram atraídos pela expansão da cafeicultura. Como evidencia Padis, *"...foi exatamente na década dos anos 50 que o Paraná ganhou a dianteira na produção nacional de café..."*⁷ como nos relata Dona Odete Godoi, *"geralmente eram migrantes de São Paulo, normalmente os que vinham de passagem para procurar os empregos depois nas fazendas..."*⁸ Esses migrantes se estabeleceram nas diversas glebas.

Assim, Rolândia assinala o ano de 1932

nha, cujo representante foi Oswald Nixdorf. Em decorrência desse acordo entre as duas Companhias foi organizada a imigração de alemães para a gleba dentro da propriedade da CTNP, resultando na organização de um núcleo urbano, hoje a cidade de Rolândia. p.119. Ver também, Lopes, Yara. *Pioneiros do Capital*, p. 119.

⁶Cf. Muller, Marli R. *Educação Rural em Rolândia*, dissertação de Mestrado UFPr.

⁷Padis, Pedro C. Formação de uma sociedade periférica: O Caso do Paraná, S.P.Hucitec, 1981, p.138.

⁸Entrevista com Dona Odete Godoi, referindo-se as pessoas que participaram do 1º Natal dos Pobres em 1964.

como sendo o marco inicial da sua colonização; no entanto, o meio urbano começa a se fazer presente a partir de 1934, "*com a derrubada das matas e construções das primeiras casas comerciais*"⁹. Todavia, a colonização empreendida pela CTNP na região começou em 1930, com a fundação de Londrina.

A CTNP fez a divisão da área rural dispondo os lotes de tal forma que todos tivessem seus limites determinados por estradas, permitindo uma rápida comunicação e escoamento da produção agrícola, principalmente do café.

*"A CTNP adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais abastecedores intermediários..."*¹⁰

A estrutura fundiária implantada permitiu uma rápida ocupação e desenvolvimento das cidades, possibilitando a valorização dos lotes urbanos e o êxito do empreendimento. Observa-se, assim, que as cidades foram planejadas para se tornarem núcleos de captação da produção

⁹Cf. Roland und Rolândia; Ver também Volanueva, Oriem. Terra de Pioneiros e Schewenber, Cláudia P. Rolândia 40.

¹⁰Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975. Colonização e Desenvolvimento Norte do Paraná, publicação comemorativa do Cinquentenário da CMNP. 1975, p.77.

agrícola (do café), permitindo uma circulação rápida das mercadorias tanto no sentido do campo para a cidade como no sentido inverso. Para facilitar a comercialização, estradas ligavam os núcleos menores ao centros urbanos maiores e para completar essa dinâmica, a ferrovia interligava a região aos grandes centros do país - principalmente São Paulo.

Essa dinâmica permitiu aos grandes fazendeiros comercializar suas produções nos grandes centros urbanos do país, e aos pequenos proprietários comercializaram suas safras de café, milho, arroz, etc., nos núcleos urbanos da região com os "maquinistas".

"Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente com São Paulo ou Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam sua produção nas cidades maiores já com representantes das casas de exportação. (...) Ele gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que construiriam um salutar fator de progresso local e regional."¹¹

A separação do café e outros produtos agrícolas era realizada nas máquinas de beneficiamento.

¹¹Idem p. 78.

"Este trabalho era realizado na maioria das vezes por mulheres, que levavam seus filhos menores."¹²

Assim, se por um lado, na medida que os migrantes tomavam posse da terra "*procediam à derrubada da mata e a substituíam - plantavam milho, arroz, feijão, etc., onde a própria família ficava responsável e tinham condições de desempenhar os afazeres agrícolas*"¹³ por outro lado, a cafeicultura exigia grande quantidade de mão-de-obra, e os migrantes que não eram proprietários se propunham a trabalhar sob forma de arrendatários, meeiros ou parceiros, ocupação esta que garantia o emprego de toda a família, além das exigências sazonais de mão-de-obra em época de colheita.

A afirmação acima não pretende negar que a relação de trabalho no campo apresenta, de um lado, os proprietários pertencentes à categoria dos detentores dos meios de produção e, de outro, a categoria dos trabalhadores que desprovidos dos mesmos, veêm-se na iminência de vender sua força de trabalho para sobreviver, ocorrendo conseqüentemente, a proletarização da mão-de-obra no campo. Significa, no entanto, afirmar que o café foi responsável pela efetiva ocupação das terras do município e da região,

¹²Cf. Entrevista D^a Odete Godoi, referindo-se à necessidade de uma creche na cidade.

¹³Cf. Vilanueva, Orion. Rolândia: Terra de Pioneiros. Ver também Cancian, Nadir. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970. p.106-107.

que consistia "*praticamente em uma floresta de cafezais que foi se estendendo, ampliando rumo ao noroeste*",¹⁴ e também a principal atividade agrícola de todo Norte Paranaense até o final da década de 1960, quando sucessivas e intensas geadas ocorreram. Este fator que influenciou também a erradicação dos cafezais entre 1965 e 1967.

Segundo o registro do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, essas geadas ocorreram com maior intensidade nos anos de 1962, 1963, 1966, 1967, 1972 e 1975.¹⁵ E Padis aponta outros agravantes: a concorrência do café africano de qualidade inferior e preços mais baixos, que disputa a preferência no mercado internacional e as secas seguidas de incêndios em 1964.¹⁶

Coincidindo com os problemas provenientes do clima, a cafeicultura sofreu, nesta ocasião, as transformações advindas de medidas político-econômicas a nível nacional que introduziram mudanças na agricultura.

¹⁴Cancian, Nadir. *A Cafeicultura Paranaense - 1900/1970* Curitiba, Grafipar 1981. p.111.

¹⁵Cf. Stolcke, Verena. *Cafeicultura - Homens, mulheres e Capital 1850/1980*, brasiliense, S.P. 1986, p.222 "Depois de uma severa geada destruiu em 1962 cerca de 50% da colheita de café paranaense do ano seguinte...".

¹⁶Padis, op. cit. p.122-123.

1.2. Da erradicação do café à modernização da agricultura.

Em meados dos anos 60 e 70, inicia-se no Brasil, com relação à agricultura, um processo de modernização que gerou mudanças na forma de produzir. Os meios de produção - terra/trabalho - tornaram-se insuficientes para assegurar a produtividade necessária imposta pelos anos de milagre econômico. Nesse momento o Estado Brasileiro desenvolveu programas nacionais e regionalizados de políticas agrícolas que "favoreciam" a modernização desse setor.

Lançando-se mão da literatura especializada,¹⁷ nota-se uma das características marcantes da agricultura brasileira até os anos de 1950 foi o fator extensivo do crescimento agrícola, ou melhor, a incorporação de novas áreas cultiváveis. Esse quadro começa a modificar-se, levando a ocorrer mudanças significativas nas relações sociais da produção.

Essas transformações que se denominam modernização da agricultura seriam: a concentração fundiária, mudança no perfil produtivo, aumento do uso das

¹⁷Autores como José de Souza Martins, Graziano da Silva e José Vicente Tavares.

máquinas e insumos modernos no processo produtivo, além de avanços do trabalho assalariado. Essas mudanças são claramente perceptíveis e já bastante analisadas no contexto nacional, embora contraditoriamente invocadas, seja pelos técnicos agrícolas, seja pelo governo, porque se referem à modernização sem seu aliado fundamental: capital e sua reprodução.

Assim, a modernização da agricultura generaliza-se no sistema econômico-social brasileiro e também no regional, e insere-se dentro do que se caracterizou historicamente pela integração das atividades agrícolas do complexo agro-industrial (CAI) nacional¹⁸ e local,

"que se constitui hoje no principal vetor de modernização do país e seus efeitos atuam sobre o conjunto da agricultura brasileira, muito embora não se trate de um processo espacial e quantitativamente homogêneo".¹⁹

Dessa forma, esse movimento que se denominou modernização da agricultura faz com que ela se molde como setor dependente do setor industrial, ou seja, produza para a indústria processadora de alimentos.

¹⁸Cf. Cunha Luiz A.G. O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense - 1970/1980. Dissertação de mestrado. UFPr - História, 1986, p.98.

¹⁹Lavinha Lena e Luiz C. de Q. Ribeiro. Fronteira: Terra e Capital na modernização do campo e da cidade. in Brasil: Território das desigualdades R.J. Zahar, 1991, p.74.

Assim, se tomarmos como exemplo a zona cafeeira do Norte do Paraná a partir dos meados dos anos de 1960, verificamos que esta modificou seu perfil produtivo, onde destacando-se a expansão do cultivo do soja, trigo, milho e outros.²⁰ Esses produtos substituíram a cultura do café e foram poupadores de mão-de-obra, já que utilizam, principalmente máquinas e insumos modernos.

Compreende-se, assim, modernização como a transformação da base técnica de produção, ou melhor, da incorporação de novas tecnologias para o incremento da produtividade da terra e do trabalho, assim como o incentivo financeiro voltado para a produção diversificada destinada à alimentação e à matéria-prima para a indústria.

O incentivo dado à modernização da agricultura nas áreas cafeeiras, além do interesse do setor industrial, foi reforçado pela adversidade climática, que diminuiu significativamente a área produtora de café. Com a diminuição da cafeicultura, os interesses se voltam para a cultura de maior rentabilidade econômica ou com rentabilidade próxima à do café, sem, no entanto, apresentar os

²⁰Cunha, Luiz G. op. cit. p.100

A respeito dos dados quantitativos sobre essas mudanças, o autor demonstra que no Paraná em 1969 a área de café colhida atingiu mais de 1 milhão de ha.. O autor nos mostra ainda, que se considerar a produção de 69 igual a 100 e a de 80 foi a 22. Com relação ao soja no Pr. em 1969 era de 172 mil ha., enquanto de 1980 atingiu quase 2,5 milhões de ha.. Se considerar o soja em 69 igual a 100 em 1980 foi de 2.528.

mesmos efeitos sociais. A liberação do trabalhador do meio rural, devido às inovações técnicas - espaçamento racional, mecanização, adubação - impossibilita-o também de participar do mercado de trabalho urbano, isto porque a cidade não se encontra preparada para absorver mão-de-obra; conseqüentemente, tal trabalhador encontra dificuldade na sua reprodução e de sua família.

O processo de modernização, portanto, à medida que projeta uma maior mecanização da agricultura, libera mão-de-obra, aumenta a concentração do trabalho temporário, criando a figura do bóia-fria.

Ainda sobre o processo de modernização da agricultura das áreas cafeeiras, Verena Stolcke trabalha com o fator de erradicação subsidiada do café.

Segundo a autora, o então programa de erradicação do café proposto pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC - em 1959, encontrou pouca receptividade entre os cafeicultores. Para acelerar o processo, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA - pelo então presidente João Goulart, em setembro de 1961, com o objetivo de auxiliar o IBC. O programa apresentava três objetivos principais: eliminar os pés de café de baixo rendimento; destinar a terra liberada para uma outra finalidade agrícola, principalmente para culturas alimentares e matérias-primas para a indústria; modernizar as plantações

cafeeiras restantes.

O programa teve êxito notável, segundo Stolcke, em função dos incentivos financeiros destinados à erradicação dos pés de café. Esses incentivos foram convertidos em doações, quando completada a erradicação.

Com o programa de intensificação do processo de modernização da agricultura, ocorreu o início de uma série de modificações no uso e posse da terra, substituindo a cultura do café pelo soja, trigo, milho, atividades que exigem novo tratamento sobre o trabalho rural; ou seja, os antigos colonos e parceiros tornaram-se supérfluos e foram transformados em trabalhadores assalariados permanentes, pagos por mês, ou assalariados eventuais. Veja-se o efeito da erradicação do café a nível de empregos nas fazendas cafeeiras apresentado por Stolcke:

"Se toma como base uma capacidade produtiva de 2.500 pés de café por colono por ano, obtém-se um número total de trabalhadores tornados supérfluos de cerca de 100.000, pela erradicação de 260 milhões de pés de café. Utilizando, além disso, uma taxa de dependência de 3, verifica-se que 400.000 pessoas viviam das plantações cafeeiras teriam sido atingidas pela erradicação".²¹

Dados recentes apontam que no Paraná,

²¹Stolcke, p.204

"ao longo da década de 70, aproximadamente 2,7 milhões de pessoas deixaram o campo, (...) Já nos anos 80, a emigração rural caiu pela metade, situando-se próxima a 1,5 milhões".²²

Verifica-se, assim, que as transformações agrárias ocorridas neste período, se por um lado trouxe benefícios de ordem econômica, de outro, provocaram problemas de ordem social, tanto a nível nacional, regional ou local, pelo desordenado êxodo rural que trouxeram para as cidades rápida e progressivamente grande contingente da população rural.

Por conseguinte, quando se deslocam da zona rural para zona urbana, esses migrantes passam a compor a camada mais pobre da população, passando a viver, muitas vezes, de serviços ocasionais.²³ E ainda, esse fluxo de migrantes que convergem para as cidades não as encontram preparadas para absorvê-los, principalmente em termos de equipamentos urbanos: empregos, escolas, áreas de lazer, habitação, postos de saúde.²⁴

²²IPARDES, Análise Conjuntural. Curitiba. v. 13, nº3, p.1 mar. - 1981

²³Cf. Pastore, José. Mudanças Sociais e Pobreza no Brasil: 1970/1980 (O que ocorreu com a família brasileira?) Pioneira, FIPE, 1983. p.43.

²⁴Pesquisas recentes do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES) tem demonstrado que o percentual de pobres subiu de 17,7% para 23,3%. Isso demonstra, segundo Hélio Jaguaribe, que a causa do crescimento dos índices de pobreza é a transferência da população rural para às áreas urbanas. Durante os últimos 20 anos, cerca de 1,5 milhões de pessoas tem

1.3 "De colono a bóia-fria"

Na tentativa de explicar o aparecimento de um personagem urbano, porém trabalhador rural, antropólogos, sociólogos, economistas, têm se dedicado ao estudo do tema. A vertente teórica mais comum é a da ótica da penetração e desenvolvimento do capitalismo no campo. E com relação ao trabalho no meio rural, essa vertente teórica, apresenta como questões opostas a forma tradicional de exploração da mão-de-obra (colonos, parceiros, meeiros) e a forma de exploração assalariada permanente ou ocasional como moderna e mais apropriada às novas condições de exploração agrícola. Esta situação que gerou problemas de ordem social, principalmente para o meio urbano, uma vez que os antigos trabalhadores rurais tiveram que migrar para as cidades.

Como o mercado de trabalho agrícola sempre fora marcado pela oferta superior à demanda, o que acarreta os salários baixos, nos centros urbanos o

migrado anualmente para as cidades. Três fatores contribuem para manter esses migrantes na linha de pobreza: 1º) as cidades não conseguem expandir sua infra-estrutura ao nível de demanda; 2º) o crescimento do emprego urbano não é proporcional ao número de migrantes; 3º) grande parte dos migrantes são analfabetos, só restando-lhes o trabalho braçal ou atividades na economia marginal. (Folha de São Paulo 23/04/91).

trabalhador rural torna-se mão-de-obra desqualificada. A não qualificação desse contingente implica no surgimento de problemas urbanos: desemprego, subemprego, falta de moradia adequada, o que normalmente é atribuído ao analfabetismo ou à precária alfabetização desses trabalhadores.

Essa parcela da população, na medida em que é deslocada das áreas agrícolas pelos fatores de expulsão irá caminhar para novas frentes de expansão ou então para áreas limítrofes dos centros urbanos.

A modernização da agricultura, diminuindo a concentração da utilização da mão-de-obra, expulsou o trabalhador do campo. Este, por sua vez, viu-se impossibilitado de participar do mercado de trabalho urbano qualificado, restando-lhe o trabalho braçal da mão-de-obra barata. E aí reside a dificuldade de manter a sua reprodução e de sua família.

Salvador Ferraz explicita que esses trabalhadores rurais, agora residindo nos centros urbanos, são aproveitados na agricultura. A pesquisa de Ferraz fornece dados sobre o Paraná:

"A sazonalidade do trabalho rural é bastante clara ao se verificar que 90,09% das propriedades que utilizaram mão-de-obra volante em 1975, o fizeram somente até seis meses".²⁵

²⁵Ferraz, Salvador. As mudanças nas relações de trabalho na agricultura paranaense. Dissertação de mestrado USP-Piracicaba, 1982. p.40.

E ainda, segundo o autor, a descontinuidade do trabalho torna-se marcante e atinge principalmente a categoria de assalariados.

"O agravamento da situação do trabalhador é determinada pela temporalidade da ocupação que passa a caracterizar o trabalho agrícola. A substituição de culturas absorvedoras de mão-de-obra (café, algodão) por outras passíveis de mecanização em quase todo o ciclo, faz com que a utilização de trabalho manual se torne reduzida a determinadas fases ou períodos. Isto é, na realidade um significativo fator de expulsão das áreas agrícolas, de grande contingente de trabalhadores; e a intensificação da imigração se dá na medida em que as áreas urbanas não tenham de oferecer um montante de empregos capaz de retenção nas regiões".²⁶

O que se tem claro, então, é uma expulsão de trabalhadores agrícolas e a intensificação da migração do campo para a cidade. Na medida que as áreas urbanas não oferecem condições de emprego capazes de absorver a mão-de-obra do trabalhador rural, ele migra para outras áreas ou vive na periferia das cidades, na dependência de empregos ocasionais nas propriedades rurais.²⁷

²⁶Idem p.50.

²⁷Em pesquisas realizadas em 1980 em Rolândia nas favelas do Sapo e do Grilo, 32,31% dos moradores eram "Bóias-frias".

Assim, o assalariamento temporário se constitui na forma de trabalho predominante na agricultura paranaense a partir de meados dos anos 60.²⁸ De acordo com as explicações de Salvador Ferraz,

"o trabalhador temporário tem sua presença constante nas lavouras de café e algodão, principalmente, nos instantes de colheita, quando o contingente de colonos, de empregados fixos precisa ser reforçado".²⁹

O trabalhador rural temporário com residência fora da propriedade rural, vivendo agora nos arredores dos núcleos urbanos, desloca-se todos os dias para o local de trabalho.

No período de entre-safra, ou quando não há emprego, o quadro apresentado é a necessidade de manter sua sobrevivência e de sua família, o que poderá ser satisfeito de várias formas: o trabalho diário das mulheres, o trabalho de menores, a ajuda assistencialista.

Essa situação se agudiza no início da

²⁸De acordo com a Secretaria da agricultura do Estado do Paraná - Departamento de economia rural, em 1963 a área plantada era de 3.918.088ha., e o emprego gerado era de 951.783. Em 1964, há um aumento da área plantada - 4.040.939 e o emprego gerado diminui - 855.814 apresentando para os anos seguintes um aumento da área plantada e redução do emprego gerado. Em 1974 a área plantada é de 7.054.677 ha. e o emprego gerado continua na faixa de 889.000 (cf. quadro VII em anexo).

²⁹Ferraz, Salvador. op. cit. p.85.

década de 1970, quando a erradicação do café torna-se mais visível em função do número de trabalhadores rurais que se encontram nas cidades.

"Nos anos setenta, a figura do volante, bóia-fria, assume um caráter de grande importância, talvez porque a miséria e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora estivessem, até então, restritas ao espaço rural e, quando elas se tornam presentes na vida urbana, a sociedade se desperta e percebe que existe uma massa mal remunerada, mal alimentada, que mora mal e, no entanto, não é necessariamente o tipo dolente, preguiçoso, da literatura. As precárias condições de vida destes contingentes não impedem que os mesmos atribuam a Deus e a si próprios as responsabilidades por sua situação de vida,..."(grifos meus)³⁰

Assim, concorda-se com Ferraz. As péssimas condições de trabalho e vida do trabalhador rural, agora residente na periferia dos centros urbanos, chocam a população da cidade e atingem o seu espírito cristão, que procura "resolver" os problemas desse contingente populacional através dos clubes de prestação de serviços assistenciais, na falta de uma política social mais eficaz.

Temos então a relação entre crescimento da população urbana, a falta de infra-estrutura para receber os migrantes rurais e a intensa atuação dos grupos

³⁰Idem. p.92.

prestadores de serviços assistenciais que pretende-se observar a seguir.

1.4 Rolândia: um campo de análise

Numa tentativa de evitar proposições generalizadas para a sociedade brasileira, pretende-se analisar e conhecer o desenvolvimento sócio econômico do município em questão, em fase de transformação agrícola: erradicação dos cafezais e modernização da agricultura.

O município de Rolândia está situado na área conhecida como Norte Novo do Estado do Paraná, conforme mostra o mapa em anexo.

A distribuição demográfica a nível do município e mesmo do estado tem apresentado uma concentração populacional predominantemente na zona rural. Porém, na década de 70 para 80, esse quadro foi alterado, passando a concentrar-se no meio urbano. Este fato é explicado, em grande parte, pela migração rural decorrente da transformação agrícola iniciada no final da década anterior.

A metamorfose agrária ocorrida neste período trouxe, por um lado, a elevação de produtividade da

terra; mas por outro, provocou desequilíbrio de ordem social pelo desordenado êxodo rural, conforme demonstra o quadro abaixo.

QUADRO I

População Urbana e Rural - Paraná e Rolândia

Rolândia	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	*1791	7735	11065	20845	26968
Rural	*5768	26339	33396	27119	14484
Paraná					
Urbana	302272	528288	1327982	2504378	4472561
Rural	934004	1587259	2949490	4425490	3156831

Fonte: IBGE - Censo Demográfico Álbum do município de Londrina.

Verificando os dados estatísticos, pode-se constatar que o município de Rolândia contava, na década de 1950, com 77,30% de sua população na zona rural e apenas 22,70% no meio urbano. Nos períodos seguintes, o quadro sofre uma modificação, passando a contar, em 1980, com um maior número populacional no meio urbano, apresentando uma percentagem de 74,61%, enquanto que no meio rural o índice apresentado foi de 25,39%.

O êxodo rural no município só não foi maior, segundo Marli Rosa Muller, porque grande número de trabalhadores, agora proletarizados e transformados em volantes ou bóias-frias, continuaram residindo na zona rural em casas alugadas das antigas colônias de café.³¹

Mesmo com as transformações ocorridas e a redução da população rural, a agricultura, bastante diversificada, ainda constitui a base econômica do município, que conta com 1492 propriedades agrícolas, sendo 288 com menos de 10 ha., 1114 de 10 a 100 ha., 88 entre 100 e 1.000 ha. e 2 entre 1.000 e 10.000 ha. para uma área total de 563 Km².

Já em termos de equipamentos urbanos - habitação, hospitais, escolas, indústrias -, o município de Rolândia apresenta o seguinte quadro para atender uma população urbana de 26.968 habitantes em 1980. Vejam-se os dados oferecidos pelo IBGE para o censo realizado naquele ano. Os mesmos dados não foram encontrados para as décadas anteriores.

³¹Muller, Marli R. Subsídios para minimizar a subeducação rural: Fundamentos no estudo de uma realidade concreta; O município de Rolândia. Dissertação de mestrado. UFPr. 1985 p.66. (Observação realizada *in loco* pela autora)

QUADRO II

Estabelecimento de prestação de serviço em Rolândia - 1980

Hotéis postos de gasolina	12
Bares, botequins e similares	110
Barbearias e salões de beleza	25
Bancos	11
Estabelecimentos industriais	53
Estabelecimentos de ensino de 1º grau	61
2º grau	02
superior	01
Estabelecimentos de assistência médica	
hospitais	06 (392 leitos)
Habitação	
zona urbana	6.155
zona rural	2.081
domicílios ligados a rede de água	4.238
domicílios ligados a rede de esgoto	103
Prestação de serviços assistenciais*	
associação de assistência	06
creche e lar infantil	07

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1980.

Levantamento realizado junto à Secretaria de Bem Estar

As condições de vida de uma população estão direta e indiretamente ligadas às formas de organização da produção e distribuição de riqueza disponível. Se

o acesso ao padrão alimentar, à higiene, à escolaridade, ao lazer, à habitação estão distribuídos de forma desigual, é porque os recursos necessários para o atendimento das diversas necessidades humanas também estão desigualmente repartidos.

Em Rolândia, a tendência tem sido de acentuar a expulsão da população mais pobre, principalmente a recém-chegada das áreas rurais, para a periferia da cidade, onde se avolumam conjuntos de barracos e casas precárias. Em geral, dependentes dos serviços de assistência social.

Os quadros III, IV e V possibilitam a obtenção de uma noção geral da distribuição da população de Rolândia por setor de atividade econômica nas décadas de 1960, 1970 e 1980, evidenciando a dificuldade do município em atender adequadamente a população

QUADRO III

Setor de atividade econômica e dependência, por condição de atividade (Rolândia) - 1960.

	economicamente ativo	não economicamente ativo	
atividade agropecuária e extrativa	11.987	21.573	
indústria e comércio	616	1.316	
outras atividades	2.645	4.904	
condições inativas			1.134
total	15.248	28.928	

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1960.

A classificação das atividades econômicas adotadas pelos censos ampliou-se a cada década. Uma primeira alteração se dá com o desdobramento de algumas atividades no censo de 1970. Este separa as atividades de indústria e comércio, além de acrescentar as atividades de transporte e comunicação. A segunda é que desaparece a categoria de condições inativas.

O desdobramento do censo de 1980 é maior, apresentando novas atividades, tais como administração pública e atividades mal definidas: atividades sociais e procurando trabalho. Novamente aparece o item "condições inativas", deixado de lado no censo de 1970.

Contudo, não nos interessa os desdobramentos das atividades ocupacionais ocorridas nos censos, pois estas não influenciam a análise.

Interessa-nos observar, para tornar o quadro mais adequado ao nosso propósito, a população que se ocupava do setor agrícola no censo de 1960, o número de economicamente ativo no setor e, por conseguinte, observar o grande número de não economicamente ativos que dependia do setor agrícola. Este fato leva-nos a indagar: no campo, esses dependentes não desempenhavam alguma ocupação agrícola? Não colaboravam de alguma forma para o sustento seu e de sua família?

A atividade agrícola continua sendo a base econômica do município de Rolândia, como já foi salientado; porém, volta-se a enfatizar a alteração ocupacional no setor. Na década de 1970, aumenta o número economicamente ativos no setor da indústria e comércio e ocorre conseqüentemente, uma redução da população dependente do setor agrícola, conforme demonstra o quadro IV e V.

QUADRO IV

Setor de atividade de dependência, por condição da atividade - Rolândia 1970.

	Economicamente Ativa	Não Economicamente Ativa
Agricultura, pecuária, silvicultura, etc	9.366	18.428
Indústria	1.487	3.351
Comércio de mercadorias	1.077	2.180
Prestação de serviços	1.850	1.753
Transportes e comunicação	466	1.463

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1970

QUADRO V

Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividade econômica e dependência por condição de atividade - Rolândia . 1980

	Economicamente Ativa	Não Economicamente Ativa
Agricultura, pecuária silvicultura, etc	5.940	9.830
indústria	1.987	135
comércio de mercadorias	1.575	1.400
prestação de serviço	576	836
atividades sociais	1.219	426
administração pública	357	391
outras atividades	356	205
Procurando trabalho	140	20
condições inativas		2.754

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1980.

O censo realizado em 1980, possibilita-nos ainda, verificar o rendimento médio mensal da população economicamente ativa em Rolândia, conforme o quadro VI.

O total de pessoas que ganham até um salário mínimo é de 6833,³² sem levar em conta o número de dependentes. Essa população reúne os elementos que se convencionou reconhecer como sendo de uma situação de pauperização: Condições habitacionais precárias, baixo

³²6833 corresponde a 16,5% da população total de Rolândia que é de 41.452 habitantes.

nível de instrução, grande número de ocupação sem estabilidade e baixa renda.

Tomando-se como ponto de referência o salário, José Pastore considera família pobre aquela que "vive" com uma renda mensal *per capita* de 1/4 de salário mínimo.³³

Mas como sobrevivem tais famílias com rendimentos tão baixos? Só estariam habitando favelas e dependendo de auxílio assistencial famílias com renda *per capita* de 1/4 do salário mínimo mensal?

A pesquisa de Andréa Bianco, realizada na favela do Sapo e do Grilo em Rolândia, num universo de 60 famílias, revela que 63,33% das mesmas contam com rendimentos abaixo de 1 salário mínimo; 13,33% até 1 salário mínimo; 15,34% acima de 1 salário mínimo e 8% contam com rendimento de até 2 salários mínimos.³⁴

³³Pastore, José. Mudanças sociais... p.6.

³⁴Bianco, Andréa M.D. Relato de uma experiência desenvolvida junto à favela do Sapo e do Grilo em Rolândia. Monografia. Serviço Social UEL, 1981. p.19.

QUADRO VI

Rendimento mensal: por salário e sexo - Rolândia . 1980

	Total	Homens	Mulheres
até 1/4 do salário mínimo	938	303	635
de 1/4 até 1/2 salário mínimo	2.304	1.046	1.248
de 1/2 até 1 salário mínimo	3.591	2.534	1.057
de 1 até 1 e 1/2 salários mínimos	4.362	3.557	805
de 1 e 1/2 a 2 salários mínimos	1.546	1.261	282
de 2 a 3 salários mínimos	1.673	1.321	316
de 3 a 5 salários mínimos	1.141	1.010	131
de 5 a 10 salários mínimos	802	710	92
de 10 a 20 salários mínimos	358	342	34
mais de 20 salários mínimos	114	114	
sem rendimento	14.679	3.778	10.961
sem declaração	76	50	26

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1980.

A péssima "qualidade de vida" dessa população se revela, por um lado, em função das transformações ocorridas no campo, que os "expulsaram" para a

cidade e, de outro, a cidade não se encontrava preparada para absorvê-los: pequena oferta de emprego ou necessidade de trabalhadores mais preparados, o que não era caso dos trabalhadores rurais.

Cerca de 62% dos moradores da favela do Sapo e do Grilo são procedentes do próprio município e suas ocupações são: bóia-fria, doméstica, operário, servente, guarda-mirim, aposentados, incluindo os desempregados.

A precariedade das condições de vida das famílias pesquisadas em Rolândia exige que seus componentes realizem todo tipo de tentativa de sobrevivência.

Por isso, uma população constituída por trabalhadores de baixa renda, como é o caso da de Rolândia, passa a depender dos serviços assistenciais: distribuição de alimentos, remédio, roupas.

Portanto, o momento de que se trata é aquele em que a cidade de Rolândia coloca a necessidade de "resolver" questões relativas à urbanização e principalmente à assistência social prestada à população carente, não esquecendo que um dos propósitos que inspirou este trabalho foi o de investigar os motivos da existência de uma população vivendo em condição de miserabilidade, contando apenas com recursos mínimos para a subsistência e buscando auxílio nas entidades assistenciais, que fornecem mensalmente alimentos, medicamentos, roupas, sendo estes os mais

comuns tipos de ajuda.

Estas constatações fizeram com que se voltasse a atenção para os aspectos econômicos e sociais do município, que pareceram relevantes para a explicação do fenômeno. O trabalho diz respeito, como já vimos, ao momento de modernização no campo que "expulsa" os trabalhadores rurais para o meio urbano. Na medida em que os mesmos se transformam em trabalhadores assalariados temporários, agrava-se sua condição de vida e, conseqüentemente, passam a buscar na cidade uma melhoria da baixa condição de vida que experimentavam na zona rural.

A cidade, por sua vez, não absorve este contingente populacional relegando-o a uma situação ocupacional que permite apenas a manutenção da sua baixa condição de vida, passando a engrossar a fila de trabalhadores com escassa ou nenhuma qualificação que, dada sua necessidade de trabalhar para sobreviver, está em permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho e pode ser utilizado do modo que convier à economia local.

Analisando novamente os quadros III, IV e V, somos levados a observar uma diminuição do número de pessoas em atividades agrícolas nos censos de 1970 e 1980 em relação ao de 1960, o que evidencia a "expulsão" do homem do campo para a cidade. A pesquisa realizada nas favelas do Sapo e do Grilo, em Rolândia, confirma as

estatísticas: demonstra que 62,85% dos favelados são procedentes do próprio município, e sua ocupação continua sendo a de trabalhador rural - bóia-fria.

Na cidade, o acesso aos bens de serviço necessários à vida (alimentação, habitação, vestuário, etc.,) dependerá da quantidade de dinheiro (salário) à disposição das pessoas. Por outro lado, há uma série de bens e serviços de uso coletivo - rede de água e esgoto, eletricidade, iluminação pública, escola, coleta de lixo, - cujo custo recai sobre o consumidor individual, na forma de taxas e tarifas, como sobre a coletividade através de impostos que são, por sua vez, distribuídos de forma desigual na sociedade.

Assim, os investimentos públicos necessários para a instalação desses bens e serviços são, na maioria das vezes, decidido em função da realidade; ou melhor, são organizados de preferência para os consumidores que podem pagar por esses serviços. Torna-se evidente, dessa forma, que a distribuição espacial da população na cidade, também acompanha a condição social dos seus habitantes, ou seja, os terrenos e moradias mais valorizados são aqueles que estão mais bem servidos pelos bens e serviços oferecidos pelo município.³⁵

O resultado desse mecanismo tem sido o

³⁵Cf. Scarfon, Maria de L. Crescimento e Miséria, ed. símbolo, SP. 1979.

de acentuar a expulsão da população mais pobre, não só dos que vivem em áreas de povoamento mais antigo na cidade, como os que chegam da zona rural. Andréa Bianco faz a seguinte análise para explicar a presença de trabalhadores rurais nas favelas:

"O motivo que levou (os trabalhadores rurais) a morar nas favelas foi o alto preço dos aluguéis vigentes na cidade."³⁶

Em Rolândia, como em qualquer outro município brasileiro, a tendência tem sido esta, a de "expulsar" a população mais pobre para as áreas periféricas, onde se avolumam conjuntos populares e casas precárias, desprovidas do mínimo de infra-estrutura,³⁷ ou mesmo mais recentemente, as casas construídas pelo Projeto Mutirão, que além de estarem localizadas em regiões afastadas, apresentam uma área construída de 27 m².

Em geral, essa população (que reúne os elementos pelos quais se convencionou reconhecer sendo de uma situação de pauperização) depende dos serviços de assistência social:

"Verifica-se nas duas

³⁶Bianco, Andréa, M.D. op. cit. p.20.

³⁷Idem, p.38 - a pesquisa demonstra que na favela do Sapo 40% das famílias moravam em apenas um cômodo, 36% em dois cômodos. Na favela do Grilo, a maior percentagem das famílias encontravam-se morando em dois cômodos, 37,15%.

favelas que cerca de 65,57% não são segurados pela previdência social, e os demais são mais especificamente assegurados pelo FUNRURAL, devido ao tipo de ocupação que exercem, isto é, bóias-frias."³⁸

Existindo uma população que não é assegurada pela previdência social do ESTADO, de que assistência social são dependentes?

A cidade de Rolândia conta com diversos grupos prestadores de serviços assistenciais: Damas de Caridade, Sociedade São Vicente de Paulo, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, e outros.

O objetivo desta pesquisa é a análise dos programas de assistência social prestados pelas diversas entidades assistenciais do município de Rolândia, onde as famílias pobres que não têm acesso à assistência governamental dependem da assistência privada.

³⁸Idem. p.21.

CAPÍTULO II

2.1- "Combatendo a miséria"

No Brasil, durante o período colonial e até meados dos anos 1920, a forma de proteção social foi a assistência social privada, mesclada com as formas de ação social implementadas por indivíduos, agremiações ou por organismos religiosos.

O alvo dessa assistência social são os pobres, os miseráveis, os desvalidos de toda a sorte. Ou para usar a expressão de Foucault, *"categorias de infelizes aos quais, confusamente a caridade se destina."*

A pobreza existe em toda a parte e sempre existiu nas diferentes épocas. Na sociedade européia do período medieval, o cuidado com os desvalidos em geral - órfãos, viúvas, doentes, pobres, inválidos - estava a cargo da Igreja. À medida que as mudanças econômicas e sociais se processaram, começou a aparecer uma nova demanda para os "serviços de assistência social". O número de "marginalizados" aumentou, o que forçou o Estado a paulatinamente assumir seu cuidado e controle.

Essa intervenção culminou com a

implantação, no séc. XX, do Estado de Bem-Estar (Welfare State). Obviamente, o Estado de Bem-Estar situa-se na trajetória de lutas seculares pela conquista de certos direitos civis, políticos e sociais.

Mas a definição de pobreza é relativa a uma determinada sociedade, ou melhor, é uma noção historicamente determinada. Considerada pelas sociedades como um fato inevitável - Pobres sempre houve -, sempre houve também pessoas preocupadas com eles. Contudo, os organismos que prestam serviços assistenciais preocupam-se também em distingui-los: os bons pobres dos pobres que não convém ajudar.

Mas, quem são os pobres? Que pobreza chama a atenção das associações prestadoras de serviços assistenciais? Os serviços assistencias conseguem melhorar a condição de vida da população alvo? Essas indagações só poderão ser respondidas através da documentação das entidades assistenciais.

A pobreza, argumenta Angela Maria de Castro Gomes,

"sempre fora considerada um fato inevitável e útil, uma vez que consistia em verdadeiro estímulo ao trabalhador. (...) O processo pelo qual a pobreza começa a ser identificada como incômoda e até mesmo perigosa, e portanto nem tão útil, é longo e associa-se ao desenvolvimento das

*relações capitalistas, fundamentalmente identificadas ao mercado de compra e venda de força de trabalho."*¹

Neste contexto, a pobreza passa a ser vista como atraso econômico prejudicial à riqueza da Nação, ao processo de industrialização. A pobreza representa um fator de desestabilidade permanente da ordem econômica e social, ficando evidente que as políticas sociais adotadas no Brasil não atingem e nem cobrem todas as áreas que ocupam os países industrializados.

Essa questão se evidencia, por exemplo, na política salarial e do desemprego. Enquanto o desemprego na Europa e E.U.A é totalmente amparado pelas políticas sociais implementadas pelo Estado, no Brasil, ainda fica a cargo das entidades assistenciais privadas e outras organizações.

Em linhas gerais, no Brasil, é principalmente a partir da década de 1930 que reflexões acerca da questão social começaram a ser discutidas. Uma nova realidade social e assistencial foi colocada em cena pelos projetos de modernização do Estado Brasileiro. É desta época a percepção de uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, e ao mesmo tempo de valorização do trabalho.²

¹GOMES, Angela Maria. O Estado Novo. Ideologia e Poder, Zahar, R.J. 1982. p.151

²Idem, p. 154

É inclusive a partir deste momento também, que os cursos de Serviço Social adquirem reconhecimento de grau universitário, embora a assistência social ou a política de assistência social tenha se adaptado e preservado em grande parte seu caráter assistencialista, destinado a atender àqueles identificados como pobres, carentes, desamparados, ou seja, aqueles que a previdência social instituída pelo Estado não "conseguiu" amparar.

De fato, a preocupação com a pobreza e os problemas sociais e políticos que essa população poderia criar, tornou-se uma necessidade de defesa das classes dominantes. Maria Inês Turazi, escrevendo sobre a disciplina do trabalho no início do século explicita:

"A pobreza, quando identificada com a miséria, associava-se não só à carência de recursos mínimos para uma sobrevivência digna, mas também à permeabilidade aos vícios, ao desregramento moral, à indolência e a outros desajustes..."³

Essa concepção de pobreza, ligada muito mais aos vícios e ao desregramento moral, justificava, de certa forma, o atraso econômico do país, se comparada às nações ricas. Uma população que não estava organizada,

³TURAZI, Maria Inês, Euforia do Processo e a Imposição da Ordem - a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. S.P. Marco Zero, 1989, p.58.

disciplinada para o trabalho, viveria na miséria e não conseguiria os recursos mínimos para a sobrevivência. A pobreza era vista mais como um estado de espírito da população e muito menos como problema de ordem político-econômica que relegava e relega a segundo plano as questões sociais. Na argumentação de Sérgio Abranches, instituiu-se *"o mito da 'cultura da pobreza', segundo o qual os pobres não melhoram suas condições de vida porque não querem,..."*⁴. Assim, a política social brasileira sempre ficou bastante distante do reconhecimento efetivo dos direitos sociais adotando medidas que visam a facilitar o processo de acumulação capitalista.

Os serviços de assistência social, modalidade das políticas sociais, ficaram destinadas a atender aqueles considerados muito pobres, carentes ou inaptos. Ocorreu, dessa forma, o aparecimento em toda parte de associações preocupadas em prestar serviços de assistência; e por outro lado, o Estado assumiu uma postura de mediador das questões sociais, criando órgãos e instituições destinadas à assistência social. Porém, estes órgãos atendem somente uma parcela da população, deixando milhares de trabalhadores *"sem acesso aos direitos sociais*

⁴ABRANCHES, Sérgio H.; SANTOS, Wanderley G.; COIMBRA, Marcos A. Política Social e Combate à Pobreza, R.J. Zahar, 9º ed. 1989. p.16.

*que se instiuem, mas não se universalizam."*⁵

A ausência de universalização dos serviços sociais públicos reforça a necessidade de atender as questões mais imediatas de uma parcela da população que não tem o suficiente para atender às suas necessidades mais básicas, embora trabalhadores como os demais.

Sob essa ótica, então, pode-se verificar toda uma estratégia político-ideológica de "combate à pobreza", seja na promoção do valor do trabalho, na questão educacional, ou mesmo fazendo distinção entre quem precisa e quem não precisa do "auxílio" da assistência social. Ao fazer tal distinção, esta não se baseia em critérios técnicos, precisos. É realizada, muito mais, por critérios subjetivos.

Marilena Chaui chama a atenção para a distinção que a sociedade faz entre Povo e povo. O primeiro - Povo - trata-se de uma generalidade política; o outro - povo - de uma particularidade social, considerado pela sociedade como os pobres. Explicita a autora:

"...ao povinho e suas necessidades básicas, cabe auxiliá-los através da filantropia e educá-los

⁵COSTA, Suely G. Formação Profissional e Currículo de Serviço Social. In Revista de Serviço Social e Sociedade. Ano X nº32, S.P. Cortez, 1990. p.20.

*através da disciplina do trabalho industrial, educação essencial para conter suas paixões obscuras, supersticiosas, sua irracionalidade e sobretudo sua inveja, que se exprime no desejo sedioso do igualitarismo.*⁶

Esta distinção entre Povo e povo(inho) parece ser óbvia no meio social. Não se sabe explicar quem são os pobres, quem precisa da assistência, nem a miséria que se combate. O povo(inho) são os "outros" da sociedade. E é a esta parcela da população que os grupos prestadores de serviços assistenciais se destinam.

Grande parte da prática assistencial⁷ destinada a "combater a miséria", é voltada à disciplinarização do trabalho, seja da criança, objetivando a mão-de-obra para a indústria, ou da mulher, estimulando o trabalho artesanal doméstico como forma complementar de renda, mesmo que isso implique em maior jornada do trabalho feminino.

Confirmam estas observações acima os programas da Legião Brasileira de Assistência - LBA , que até fins de 1970 revelavam a necessidade de ajudar a mulher na obtenção de renda no interior do próprio lar.

⁶CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência, Brasiliense, S.P, 1986, p.17.

⁷Cf. Silvia, Ligia - Serviço Social e Família, p.3 "...O papel da assistência social, como agente intitucional, cumpre a função de explicar, orientar e legitimar determinada ordem social, sendo elemento mediador na transmissão de valores, a indivíduos ou grupos sociais, sobre os quais recaem sua ação interventiva (...) necessário ao atual estágio de desenvolvimento das forças capitalistas."

*"...beneficiar o pré-escolar carente, proporcionando-lhe condições que favoreçam seu crescimento e desenvolvimento normais bem como, procurando dar oportunidades às mães de desempenharem tarefas lucrativas para aumentar a renda familiar."*⁸

Essas práticas assistenciais - auxiliar a criança e a mulher - recheiam a documentação utilizada nesta pesquisa. Os grupos que prestam serviços de assistência social trabalham segundo esta concepção.

2.2 "Reconhecendo a desigualdade"

A assistência social é uma área que se caracteriza pela distribuição de serviços, dinheiro, bens de consumo, com base num pedido por parte do indivíduo, da família, ou do grupo, que ficam sujeitos a critérios de seleção, quase sempre subjetivos.

Assim, a assistência não atende somente a população excluída do mercado formal de trabalho. Ela abrange um número muito maior de assistidos que são os

⁸Boletim Informativo: Conheça a LBA - Ministério da Previdência e Assistência Social. 1978. p.7.

pobres, os despossuídos, os carentes.⁹

De acordo com a argumentação de Aldaíza

Spozati:

*"Os serviços de assistência social tem uma finalidade mais ou menos clara. Faz Parte de uma estratégia dos grupos dominantes para produzir a relação dialética entre pobreza e riqueza."*¹⁰

Desse modo, os serviços de assistência social agem de forma a garantir e promover os direitos sociais da cidadania, mas ao mesmo tempo, trabalham segundo a concepção de que devem atender os pobres circunstancialmente, não enfrentando as raízes que geram sua situação.

Essa forma de agir/pensar dos serviços assistenciais é observada tanto na assistência prestada pelo Estado como pela iniciativa particular. Ambos organizam suas ações de modo a penetrar no cotidiano da população assistida através de múltiplas alternativas que visam a administrar crises econômicas e sociais. O primeiro atua no âmbito geral da sociedade. O segundo, busca dar respostas atendendo quase que individualmente.

A área de ação social do Estado é

⁹Essa confusão terminológica é encontrada na documentação utilizada para esta pesquisa: "menor carente", "criança pobre", "necessitados", "família pobre". "miseráveis", entre outros.

¹⁰SPOZATI, Aldaíza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza, S.P., Cortez, 1988. p.18.

aquela que procura "resolver" questões relativas à "promoção da justiça social", criando programas de financiamento da moradia, distribuição de alimentos através de programas subsidiários da saúde e da educação, garantia de níveis mínimos de renda, seguridade social e saneamento básico.

A ação social articulada pelo Estado é expressão de movimentos sociais no interior da sociedade e destina-se a amenizar as desigualdades econômicas, visando à manutenção da ordem social. No entanto, a ação social pública revela-se ineficaz para frear o crescimento da pobreza que se alastra pelo corpo social.

A assistência social particular responsabiliza-se pelo atendimento aos excluídos da assistência pública, portanto os mais pauperizados. A sua ação visa a um atendimento individual e imediato, por exemplo: vestuário, enxovais de bebês, distribuição de alimentos, manutenção de creches, etc.

Não obstante, as diferentes formas de políticas sociais (a assistência social é apenas uma das suas facetas) dividem e fragmentam os trabalhadores, os assistidos. Uns são alvo da atuação do Estado no campo social e outros da assistência social. Ou seja, isso possibilita, ao mesmo tempo, escamotear as diferenças sociais entre as classes e mostrar-lhes que podem ascender economicamente através do trabalho.

Assim, a Política Social, apresenta-se como uma área compreendida como Ação Social, ou seja, não apenas como formulação de metas a serem atingidas, mas também como execução de estratégia. Balbina O. de Oliveira define política social como um

*"processo dinâmico e contínuo de formulação, instrumentação, implantação, avaliação e revisão de um conjunto orgânico e diretrizes que orientam a ação."*¹¹

A política social, segundo a autora, é implementada pelo Estado, que formula as diretrizes gerais de atendimento, assumindo a forma de serviços de educação, saúde, habitação. O que ocorre em geral, é que essas medidas são pensadas e implementadas para uma categoria da população que tem moradia, acesso à educação, família "bem constituída", tornando-se mais um aspecto de promoção das condições de vida.

Spozati, argumentando sobre a possibilidade de a assistência social ser uma modalidade da política social, escreve:

"...pensar a área de assistência social como política social é discutir a inclusão do seguimento populacional reconhecido como

¹¹VIEIRA, Balbina O. Serviço Social - Política e Administração, R.J. Agir, 1979. p.14.

'improdutivo' por fazer parte do exército de reserva..."¹²

Em outras palavras, significa que a ação social do Estado cria um quadro discriminatório dentro da camada pobre da população, de modo que os trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho são alvo da política social, enquanto que os excluídos ou considerados "inaptos" são destinados à assistência social.

Pode-se apresentar ainda, política social como um esforço comum da sociedade em alcançar objetivos, em estabelecer prioridades que visam a atingir o Bem-Estar para toda a população, pois nas sociedades capitalistas a política social se concretiza na forma de medidas e programas sociais. Assim, a política nacional de saúde constitui-se num seguimento da política social. A política habitacional, a política educacional, etc., também são formas de política social.

Assim, concorda-se com Sérgio Abranches:

"A política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades básicas. A ação social dos Estado diz respeito tanto a promoção de justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam

¹²SPOZATI, Aldaiza. op. cit. p.47.

*objetivos distintos.*¹³

Neste sentido, a assistência social irá articular-se às medidas da política social como prática institucionalizada, repassando através das entidades assistenciais os discursos e a ideologia das sociedades capitalistas.

De fato, as instituições de assistência social combinam, na sua prática contraditória, a disciplina do trabalho e a insegurança no emprego, além de não fazerem o assistido deixar de ser assistido. Mas este deve cultivar o hábito de continuar a procurar as entidades assistenciais - comparecendo às consultas médicas e obedecendo ao calendário de vacinas, por exemplo.

Aldaíza Spozati apresenta a seguinte conclusão para a assistência social na sociedade brasileira:

*"...a assistência social se expressa precisamente, sob duas formas. Primeiro pela presença nas políticas e nas práticas de assistência social, da marca do favor e da ajuda aos 'pobres indivíduos', típicas das relações sociais brasileiras, que escamoteia seu reconhecimento social como cidadãos. Segundo, pelo personalismo com que são vistas e operadas as respostas no campo da assistência social."*¹⁴

¹³ABRANCHES, Sérgio H. op. cit. p.11

¹⁴SPOZATI, Aldaíza. op. cit. p.315.

As concepções apresentadas - política social e assistência social - demonstram que suas finalidades são semelhantes, embora atinjam segmentos sociais diferentes. Suas estratégias de ação são de controle social, discriminação dos assistidos. No "combate" à pobreza, a forma de atingi-los é através da distribuição de bens materiais.

O próprio termo "combate à pobreza" pode ser entendido a partir de um rebaixamento das condições de vida, pois as medidas tomadas pelas instituições assistenciais são sempre medidas paliativas, trazem a constante presença do favor e da ajuda aos indivíduos. São pobres soluções que normalmente se dirigem aos segmentos mais carentes da população. Soluções voltadas para o atendimento individual, do tipo fornecimento de alimentos, remédios e roupas.

Por outro lado, a política de Bem Estar irá enfatizar a defesa dos direitos humanos e a promoção do homem, expressando-se através das políticas sociais que consistem, em última instância, no canal por onde são executados os programas de atendimento à população necessitada. É nesse contexto que os técnicos e os assistentes sociais (leigos) executam a política social que estaria voltada para a promoção do Bem Estar Social.

A Organização das Nações Unidas - ONU

afirma que o Bem Estar Social

*"...não é apenas a ausência de determinados males sociais, mas um estado que se alcança com a cooperação dos próprios interessados e do governo pela organização de medidas sociais econômicas adequada, ou seja, consiste em permitir sempre um nível mais elevado de vida à população, devendo-se fazer de forma extensiva a todos os grupos sociais por que uma das maneiras de garantir a reprodução da ordem social é que ela mesma seja vista como necessária e comum a todas as camadas sociais que a compõem."*¹⁵

Assim, é possível identificar, nas diversas modalidades sociais, e inclusive nesta terceira - Bem Estar Social -, estratégia que serve para manter a ordem social de mecanismos de controle da sociedade.

Buscando alguns exemplos, pode-se observar que os principais programas de ação social, seja por parte do Estado ou da iniciativa particular, têm ocorrido durante os períodos significativos de inquietação social. Vide as décadas de 1920 e 1930, quando se formularam leis acerca das condições de trabalho: legislação sobre acidentes de trabalho (1919); sobre velhice, invalidez e morte (1923); código de menores (1926). Mais recentemente, nos anos de 1960, é instituído o plano nacional de habitação - o plano da casa própria.

¹⁵VIEIRA, Balbina O. op. cit. p.15.

As medidas de assistência social dão, assim, a impressão de que se está preocupado com o bem estar dos mais pauperizados, conduzindo, desta forma, a uma confusão política que ajuda a manter a ordem social vigente.

As entidades assistenciais, sejam públicas ou particulares, apresentam-se como instrumento de filtragem canais de expressão que vinculam política social e assistência social através da execução de programas voltados para o atendimento e satisfação das necessidades básicas da população carente.

Atender às necessidades básicas tornou-se comum nos discursos de políticos, tanto de conservadores como dos progressistas, o que reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre política, assistência social e as estratégias para o "combate à pobreza".

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a assistência social alcança uma abrangência significativa, o que reforça a necessidade de análise de como essas sociedades "cuidam" dos pobres que elas mesmo geram.

Nesta perspectiva, o foco central da investigação será a análise da assistência social praticada principalmente pela iniciativa particular, ou melhor, pelas associações prestadoras de serviços assistenciais e do

controle que essa prática exerce sobre a população assistida.

2.3 "Normatização da ajuda e a mediação das relações sociais"

Os serviços assistenciais prestados à população carente, em uma dada realidade concreta, em um determinado momento histórico, em nenhum instante se propõem a alterar as condições sociais existentes. É visível a sua conotação ideológica, ou seja, o seu caráter mantenedor da ordem social vigente.

Do ponto de vista histórico, os serviços de assistência social apresentam uma prática inspirada na caridade cristã e na ajuda ao próximo. Têm se caracterizado pelo seu imediatismo e pela busca de solucionar casos específicos de ajuda aos necessitados.

Pode-se mesmo afirmar que as práticas assistenciais possibilitam às classes dominantes anteciparem-se às atitudes e manifestações de convulsões sociais provocadas pelas classes despossuídas.

George Duby, num artigo intitulado

"Lições de História", argumenta:

"Com excedentes da população rural sendo despejados nas periferias urbanas, e com o sistema de solidariedade tradicional incapacitado para atender todos, a questão do indigente tornou-se preocupação do conjunto social.(...). Os ricos não tardaram em perceber a utilidade de atender as necessidades dos pobres, a fim de evitar que eles próprios tomassem a iniciativa."¹⁶

O exercício das práticas assistenciais neutraliza a ameaça que as classes despossuídas poderiam provocar à ordem social vigente, na medida em que sua atenção está voltada ao atendimento de mendigos, velhos, órfãos, inválidos, crianças abandonadas, e ao mesmo tempo incorpora ao seu trabalho a legitimação e o discurso da classe dominante.

Em certos casos, exercem um controle diário e direto na vida das pessoas assistidas. Em alguns programas, o controle do cotidiano aparece mais explícito que em outros, apesar de nestes não haver menos controle.

O Estatuto da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - e o Estatuto da Associação das Damas de Caridade de Rolândia demonstram como a prática assistencial é pensada e o controle que exercem

¹⁶DUBY, Georg. Lições de História. In Reflexões para o futuro. R.J. Abril Cultural, 1993, p.232.

diariamente sobre a população assistida.

A APMI é uma instituição formada por um número ilimitado de associados, pessoas que desejam colaborar com a associação na sua nobre missão. Os artigos 4° e 7° do Estatuto esclarecem:

Artigo 4°. São deveres dos associados:

a) prestigiar a associação, ... e colaborar na sua nobre missão, na medida do possível;

Artigo 7°. Para auxiliar a associação nos seus objetivos, fica criada a LEGIÃO DE COOPERADORES, ..., com fins de prestar determinados serviços ou atividades sociais, como visitas aos domicílios pobres, organização de festas para a obtenção de recursos, transmissão de ensinamentos, ...etc.¹⁷

O Estatuto apresenta também qual a finalidade da instituição, embora não esclareça qual a clientela que pretende atingir. Ou melhor, seu objetivo é atender a gestante e a criança desnutrida ou reconhecidamente pobre, sem identificar grau de pobreza ou defini-la. Pelo Estatuto, a instituição não tem uma preocupação em selecionar o assistido por critérios precisos. Veja-se o que demonstra o Artigo 2°:

"Artigo 2°: a

¹⁷Estatuto da Associação e proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Rolândia, 1949.

associação tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e a Infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades das crianças e da gestante especialmente:

a) higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência, antes, durante e depois do parto;

b) assistência médica à criança, à gestante e a nutriz enferma;

c) assistência alimentar a criança, a gestante e a lactente em estado de desnutrição ou reconhecida-mente pobre, principalmente com família de prole numerosa;

d) proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas sujeitas a fome, ao vício, ao analfabetismo, a contra-venção, a perversão e ao crime por falta de amparo, bem como de pais comprovadamente pobres, por meio de colocação familiar, internato, etc.;

e) proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais;

f) proteção, recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar;

g) divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada de crianças e serviços sociais, por meio de palestras e cursos;

i) outras iniciativas e empreendimentos médicos sociais em favor da maternidade e da infância;"¹⁸

O ponto básico, portanto, que permeia o Estatuto da APMI é a higienização, a educação, a alimentação da mãe e da criança.

¹⁸Idem.

Para alcançar os objetivos expostos no artigo 2º, a Associação conta com recursos provenientes de campanhas junto à comunidade ou donativos e recursos eventuais da administração municipal, estadual ou federal. Assim, mantém estabelecimento destinado ao atendimento da gestante e da criança, conforme os parágrafos 2º e 3º do artigo 2º:

§ 2º: Na medida do possível, a associação organizará e manterá estabelecimento destinado à proteção e assistência à maternidade e à infância, tais como Maternidade e Posto ou Centro de Puericultura, creche, Casa da Criança, ...etc.

§ 3º: Afim de obter os recursos necessários à organização, ..., a associação promoverá festivais e campanhas para a aquisição de donativos e solicitará aos governos municipais, estadual e federal e subvenções permanentes ou extraordinárias."¹⁹

O Estatuto é um regulamento oficial de uma entidade assistencial. Suas lideranças encontram-se no interior da própria sociedade. Suas preocupações são com os pobres, com as famílias numerosas, principalmente aquelas que não têm condições de educar os filhos, proporcionar saúde e higiene adequadas, notadamente com a criança cuja mãe trabalha fora do lar.

Mas por que toda essa preocupação com a

¹⁹Idem.

família pobre? Que tipo de problemas ela traz para a sociedade? Por que prestar-lhe auxílio?

Pode-se observar pelo Estatuto que não há uma preocupação com as raízes dos problemas, dos motivos pelos quais surge uma população necessitada de auxílio; ou seja, identificam os marginalizados, os despossuídos, mas não dão conta de perceber as contradições no campo político e econômico que provocam a realidade social.

Ao contrário, o que a documentação deixa evidente é a necessidade de levar aos assistidos a moral, a religião, a caridade cristã, deveres cívicos, etc., tornando-se "incapazes" de propor estratégias adequadas para a solução do problema social.

Esses mesmos elementos apresentados no Estatuto da APMI na ajuda aos necessitados, são encontrados no Estatuto das Damas de Caridade, associação mantenedora da Creche São José. A Associação das Damas de Caridade de Rolândia foi fundada em 1957, conforme ata de 06/07/1957 (em anexo). Sua finalidade está exposta nos artigos relacionados abaixo, do Estatuto da associação:

"Artigo 3º: É finalidade da associação desenvolver o espírito de caridade cristã entre os associados e para com os pobres,

§ único: A associação dá assistência a gestante pobre, zela pelo bem estar da criança, mantendo uma creche.

Artigo 4º: Poderá ser sócia da entidade, toda Senhora ou senhorita que o desejar, ..., sendo que faculta à diretoria, recusar àquela que, por qualquer motivo justo, não merecer pertencer ao quadro associativo.

Artigo 19º: Compete à Diretoria: Promover atividades no sentido religioso, social, científico e artístico;

*Artigo 21º - Promover atividades no sentido de dar conforto moral, espiritual e material aos necessitados."*²⁰

A documentação evidencia além da preocupação em "auxiliar" os necessitados, dando-lhes conforto moral, espiritual e material, o funcionamento no interior da própria associação. Este se realiza no relacionar atos, desempenhos, comportamentos, modelos a serem seguidos, pois como chama a atenção o artigo quarto do Estatuto das Damas de Caridade, a associação reserva-se o direito de dispensar aquela que por qualquer motivo justo, não mereça pertencer à associação.

Outros elementos que caracterizam as entidades assistenciais são relativos à diferenciação, à comparação, e podem ser percebidas no momento de divulgar preceitos como higiene, educação religiosa, assistir a gestante pobre, zelar pela criança na creche.

A família e a infância, portanto, são

²⁰Estatuto da Associação das Damas de Caridade de Rolândia, 1967.

encaradas como ponto central pela assistência prestada pelas Damas de Caridade e APMI. A relação entre pais e filhos deve ser regida por um conjunto de obrigações que se impõe tanto aos pais (principalmente as mães) quanto aos filhos: higiene da maternidade, amamentação da criança, higiene da infância, preocupação com o vestuário sadio, alimentação, recreação, preocupação com exercícios físicos para assegurar o bom desempenho do organismo, de crianças cujas mães trabalham fora etc.. Estas elaborações podem ser comentadas à luz do explicitado por Michel Foucault:

*"... doravante, por todo um conjunto de obrigações que se impõe tanto aos pais quanto aos filhos: obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com o vestuário sadio, exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças. A família (...) deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança."*²¹

Outro ponto importante a ser observado é com relação à saúde da criança. Esta aparece em primeiro plano e torna-se objetivo da assistência social, uma vez que a família pobre é vista como impossibilitada de

²¹FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder, RJ Graal, 7ª ed. 1988, p.199.

exercer/executar tais cuidados.

As creches, dessa forma, são destinadas a dar a devida atenção à criança cuja família não apresenta condições econômicas, e ao mesmo tempo, criar possibilidades para que os pais (principalmente as mães) possam trabalhar fora de casa, aumentando assim, a renda familiar. Observa-se como esta realidade é construída:

*"O programa de socorro à indigência foi calorosamente discutido. Resolvemos não apenas ajudar os pobres com doações mas com possibilidades de eles próprios se ajudarem. Da forma seguinte: empregar os desempregados e as desempregadas. Esbarramos em uma série de dificuldades. Uma mulher sadia e capaz pode empregar-se se ela tem cinco filhos pequenos? Surgiu daí a idéia de fundar uma creche. (...) Os pais trabalham para o sustento da casa enquanto os filhos bem guardados terão num ambiente sadio, o ambiente ideal para plantarem seus primeiros passos de acordo com os princípios cristãos de que é imbuída a missão das Damas de caridade."*²²

Constata-se que a assistência prestada aos assistidos é imediata e praticamente o atendimento é efetuado individualmente, pois trata-se de ajudar os pobres com doações, um socorro à indigência.

Procurando uma solução duradoura para

²²Ata de 08/08/1957 da Associação das Damas de Caridade de Rolândia (em anexo).

"resolver" os problemas da família pobre, as Damas de Caridade de Rolândia propunham empregar os desempregados. A questão que se colocam não é se a cidade tem ou não oferta de empregos. O problema da pobreza para as Damas de Caridade, não era de ordem econômica e social.

Ao contrário, eram pobres porque a mulher, sadia e capaz, não podia trabalhar porque não tinha onde deixar os filhos. Assim, o problema da família pobre encontra-se no seu próprio interior, na sua "incapacidade" de resolver seus próprios problemas. A solução é a creche, lugar onde os filhos estariam bem guardados, bem educados, longe dos vícios da rua. A creche São José, mantida pelas Damas de Caridade, define sua finalidade: "... alimentar, vestir e recuperar as crianças pobres".²³

Nota-se que o que está se esboçando é a formação de um indivíduo saudável, trabalhador e agradecido por ser merecedor de tal oportunidade. Embora os documentos não esclareçam que criança pobre é esta, o auxílio não se dá somente na creche.

"...para maior entrosamento e prestação dos serviços feitos. Esclarece que o trabalho da entidade abrange a família toda da criança amparada e não se restringe apenas à creche. Pois há necessidade de continuidade do aprendizado no lar (...) dando assistência e orientação as mães

²³Ata de 05/10/1957 da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

e pais, orientação de religião, de amor, economia doméstica, higiene, etc., sem ofender ou criar inimizade com essas pessoas."²⁴

Percebe-se assim, como a prática assistencial vai se moldando e atingindo um universo cada vez maior. Por outro lado, observa-se, ao manusear-se a documentação a que tivemos acesso, que as ações de "combate à pobreza" são ações paliativas, imediatistas, são apenas tentativas de amenizar a carência da parcela da população. Identificar o grau de carência e a população atingida não é tarefa fácil. Parte da documentação se perdeu, como esta sindicância realizada pela Associação das Damas de Caridade e não parece ser este o principal ponto para as entidades assistenciais. Observa-se uma das práticas assistencias que se torna comum:

*"...faremos o Natal dos pobres para cem (100) famílias que julgamos mais necessitadas da cidade. ...para isso é preciso realizarmos uma sindicância,..."*²⁵

A realização de tal sindicância, se feita com algum critério, perdeu-se. Fica, portanto, difícil saber quem são os pobres auxiliados pela entidade assistencial.

²⁴Idem 12/08/1964.

²⁵Idem 04/09/1957.

Contudo, essa prática torna-se praxe entre as diversas associações do gênero, de forma que será realizado o Natal dos pobres todos os anos. O cumprimento de tal encargo exige o auxílio de toda a comunidade. Esta participa através de campanhas beneficentes: festas, quermesse, bazar, donativos, etc.. Ou em momentos de dificuldades, recorrem aos cofres públicos, onde nem sempre são bem atendidas, segundo relatos das próprias Damas de Caridade.

"Pedimos ajuda a prefeitura, ...o orçamento da prefeitura não comporta essa despesa e não tem verbas para a assistência social..."²⁶

Na medida em que desenvolvem e subvencionam a assistência social aos necessitados, as Damas de Caridade divulgam os preceitos do cristianismo atuando ao lado da Igreja Católica. Dessa forma, organizam cursos para casamento, cujo objetivo principal é a preservação da família, dando especial atenção a gestantes e à criança pobre.

Essas questões - preservação da família, atendimento à gestante, à criança pobre - encontram-se presentes em toda a documentação disponível da

²⁶Idem 05/10/1962. A Prefeitura Municipal não apresenta programa de assistência social definido até os anos de 1980. A assistência prestada à população carente era de responsabilidade das diversas associações religiosas ou leigas.

associação das Damas de Caridade. Mas estes discursos tornam-se mais enfáticos quando utilizados como justificativa para a construção de um centro comunitário. Um espaço utilizado para diversas finalidades:

*"O salão servirá para as conferências, para cursos de formação e instrução religiosa, para reuniões de associações da paróquia. Deverá constar de um palco para peças de teatro selecionadas o que não só prenderá a mocidade num ambiente sadio como também contribuirá para o seu desenvolvimento intelectual."*²⁷

As ações assistenciais colocadas em prática pelas Damas de Caridade eram utilizadas, como justificativa da necessidade do Centro Comunitário e para a arrecadação de fundos, tanto de órgãos públicos como de organização estrangeira - a exemplo do AMENCAR.

Na documentação que é dada a conhecer na atualidade, as Damas de Caridade, a partir de 1974, demonstram o interesse em unir-se aos vicentinos - Sociedade São Vicente de Paula - numa tentativa de desenvolver suas atividades em conjunto. Surge, então, o que fica conhecido como Serviço de Ação Social, em que *"...juntos assistem todas as necessidades dos pobres."*²⁸

O Serviço de ação Social visa a melhor

²⁷Ata de 25/05/1964, da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

²⁸Ata de 20/05/1974, da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

distribuição das atividades de serviços sociais entre as entidades - Damas de Caridade, Vicentinos, Senhoras do Terço (grupos de senhoras dedicadas à oração). Através deste órgão (Serviço de Ação Social), crianças e pedintes que transitam pela cidade seriam encaminhados às entidades assistenciais adequadas, o que facilitaria o auxílio. Conforme a Ata da Associação das Damas de Caridade de 17/03/1975, as pessoas consideradas carentes receberiam ajuda material e algumas noções de trabalho.

"A idéia é formar várias equipes entre elas a de jornaleiro, engraxate, sapateiro, dos idosos, da gestante, etc., e os trabalhos seriam manuais: costura, crochê, bordados, etc..."²⁹

Esses esforços assistencialistas não alteram a vida da população alvo. As medidas assistenciais colocadas em prática pelos grupos de prestação de serviços assistencias, ou discutidas em suas reuniões, mantêm uma imagem de preocupação constante para com o assistido.

Assim, a assistência prestada pelos grupos assistenciais é bastante confusa. Abrange um espaço cada vez maior na cidade, sem identificar quem é o assistido, o necessitado. Porém, tal "confusão" ajuda a manter a ordem, na medida em que alguns são agraciados pelos seus

²⁹Ata de 17/03/1975 da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

auxílios e outros desejam ser merecedores de tal assistência, numa produção e reprodução contínua de dependentes.

2.4 "Articulando contatos e ampliando o auxílio".

O funcionamento das entidades assistenciais e a forma como pensam/agem os prestadores de serviços assistenciais também são normatizados ou padronizados pelos boletins informativos de órgãos como LBA, AMENCAR, FUNDEPAR, que chegam às entidades assistenciais do município de Rolândia.

A "ajuda" aos necessitados é ampliada, a prática assistencial é orientada e controlada por tais instituições.

Os grupos assistencialistas recebem ajuda financeira do exterior - da Diaconia, Alemanha. Este órgão transformou-se, na atualidade, em AMENCAR - Amparo ao Menor Carente -, que atende às creches São José e Nossa Senhora Aparecida, além da APAE, através do sistema de apadrinhamento.

A creche São José é mantida e administrada pela Associação das Damas de Caridade; a creche Nossa Senhora Aparecida é administrada pelas irmãs Franciscanas e a documentação arquivada data a partir de 1983, quando a AMENCAR passa a enviar verbas para esta creche.

Internamente, a partir da década de 1970, as entidades assistenciais recebem orientação para registrar-se nos programas assistenciais de instituições da Federação e passam a receber ajuda financeira de órgãos como LBA e FUNDEPAR.

Através desses boletins, poder-se-á reconstruir o ideário da assistência que será colocada em prática. Assim, passar-se-á a observar o exposto pelos boletins informativos da LBA - Legião Brasileira de Assistência - no caso, a superintendência do Estado do Paraná.

A LBA - Legião Brasileira de Assistência - foi criada em 1942, com objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados brasileiros que foram lutar na 2ª Guerra Mundial. Talvez por isso, a LBA foi a primeira instituição de assistência social reconhecida em lei como órgão de colaboração do Estado. Houve várias alterações na sua forma de ação e na procedência dos recursos financeiros no decorrer dos anos. A partir de 1970, passou

a receber 40% da renda líquida da Loteria Esportiva.³⁰

De acordo com os Boletins Informativos da LBA que chegam às entidades assistenciais de Rolândia (Creche São José, Damas de Caridade, APMI), a principal finalidade é "*prestar assistência social mediante programa de desenvolvimento social às pessoas de baixa renda*".³¹

Com essa finalidade ampla, os boletins informativos não definem o que seria pessoa de baixa renda. A LBA financia programas de assistência das mais diversas modalidades. Seus programas poderão ser executados de duas formas: execução direta, na qual as prestações de serviços com todos os encargos serão de responsabilidade direta da LBA; execução indireta, em que as prestações de serviços serão efetuadas por delegação da LBA, mediante convênio com outras entidades assistenciais. É de acordo com este modelo - execução indireta - que as entidades assistenciais como a creche São José, a creche Nossa Senhora Aparecida e a APMI são orientadas e executam as atividades assistenciais programadas pela LBA.

Em linhas gerais, o programa de serviço social da LBA consiste na prestação de assistência social, objetivando:

"...a promoção social das

³⁰Cf. OLIVEIRA, Valéria R. op. cit. p.114.

³¹Boletim Informativo: Conheça a LBA, Ministério da Previdência Social 1978. p.01.

*famílias e comunidades urbanas e rurais, mediante a adoção de um conjunto de ações que criem oportunidades de satisfação das necessidades econômicas, sociais, culturais e de participação consciente e responsável da clientela. (...) Suprir necessidades básicas e de sociabilização de menores, na faixa etária de 0 a 18 anos, integrantes de famílias de baixa renda, residentes na zona urbana e rural."*³²

Seguindo a orientação dos objetivos expostos, a LBA - Superintendência do Paraná - criou em 1978 o projeto Casulo, destinado a suprir as necessidades básicas de menores carentes na faixa etária de 0 a 18 anos. As creches, principalmente, ficaram responsáveis pelo desenvolvimento do projeto.

Na prática, amparou e ampara a criança carente na fase pré-escolar, proporcionando-lhe condições que favoreçam o seu "crescimento e desenvolvimento normal", bem como procura dar "oportunidade" às mães de desempenhar tarefas lucrativas dentro ou fora do lar, a fim de aumentar a renda familiar.

*"...beneficiar o pré-escolar carente. (...) procurando dar oportunidade às mães de desempenharem tarefas lucrativas para aumentar a renda da família."*³³

³²Idem p.4.

³³Idem p.7.

Esse tipo de prática assistencial - de dobrar a jornada de trabalho da mulher, na argumentação de Suely Gomes Costa, produz arcaísmo, vínculo com a ordem pré-industrial, reavivando, muitas vezes, situações de sofrimento humano. Ou em outras palavras, essa racionalidade assistencial demonstra que as profissões a exercer fora do lar não impedem a mulher de cozinhar, lavar, passar, costurar, cuidar dos filhos, etc., e ainda de desempenhar tarefas que ajudem no aumento da renda familiar. O trabalho doméstico "bem executado" e incentivado pelas assistentes sociais possibilita, ainda, apoiar o processo de reprodução da força de trabalho masculina.

Seguindo esse modelo - da necessidade da figura feminina no lar -, a mãe que trabalha fora (do lar) "expõe" o menor à "ociosidade", à "auto-educação" nas ruas, foco de "perigos físicos e morais". Neste sentido, o menor carente necessita de um espaço especialmente concebido para educar e "regenerar" a criança que por ventura, viva na ociosidade das ruas. Este espaço são as creches.

A família em que a mãe trabalha fora e os filhos são criados nas ruas, faz parte de um mundo associado à pobreza, à miséria; portanto, os mais necessitados do auxílio da assistência social.

As creches vinculadas ao projeto Casulo obedeceram a alguns critérios de prioridades para a seleção

de sua clientela. A criança deve pertencer a família cuja renda *per capita* não ultrapasse a um salário de referência; ter a mãe ou responsável em atividade ocupacional fora do lar, serem os pais portadores de vícios ou incapacidade física ou mental.

Outros projetos caminham na mesma linha. Apresentam uma prática assistencial de disciplinarização e controle da sociedade. Observa-se o Projeto ELO, também da LBA, e executado pelas creches, preferencialmente.

Procurando preencher os períodos de férias escolares, para "prevenir" que as crianças carentes fiquem perambulando pelas ruas enquanto os pais trabalham, e assim tomem gosto pela ociosidade em função da não ocupação, o projeto visa:

*"...o desenvolvimento da sociabilização e prevenção dos riscos da ociosidade para menores carentes na faixa etária de 7 a 18 anos oriundos das famílias de baixa renda, proporcionando-lhes, dentro de um processo social educativo, atividades de lazer, iniciação ocupacional, além de fornecer-lhes um reforço alimentar."*³⁴

A prática assistencial divulgada pelos

³⁴Idem, p.10.

Boletins Informativos mantêm-se constante: educar pelo trabalho, orientar para uma atividade ocupacional, moralizar através do lazer disciplinado, como analisaremos a seguir.

Essas práticas assistenciais, aplicadas às crianças desde a idade pré-escolar, servem de suporte para a formação de um indivíduo trabalhador, satisfeito e regenerado.

Aliás, a documentação existente sobre a ação assistencial confirma que a prática mais executada é exatamente esta: regenerar a criança e a família pobre através do trabalho. Alguns projetos visam a atender desde o menor até o idoso carente, envolvendo assim toda a comunidade nas atividades ocupacionais.

Os programas de ocupação laboriosa objetivam, além das questões já colocadas, o ingresso (dos carentes) no mercado de trabalho. Normalmente, os cursos oferecidos são os de alfaiate, *garçon*, artesanato em madeira, argila, vime, confecção de brinquedos, restaurador de móveis, pintor, encanador, entre outros.

Incorporam-se a esse conjunto de práticas assistenciais outras instituições, como o AMENCAR. Esse órgão já fora conhecido como DIACONIA - Sociedade Civil de Ação Social - pelo decreto de utilidade pública Federal nº 71.209. Fundado em 1967 e com escritórios de atendimento

espalhados por todo o país, é uma entidade assistencial que participa da

"... campanha de integração nacional e serve ao povo brasileiro no processo de seu desenvolvimento, colaborando com o governo na solução de certos problemas sociais.

*Como tal coordena programas de promoção humana, sem discriminação de raça, cor, religião ou partido político, apoiando com ajuda material, técnica e financeira àqueles que, demonstram força de vontade e querem melhorar sua condição de vida"*³⁵

A DIACONIA mantém convênios com organizações voluntárias norte-americanas e com organizações européias, participando do programa "Alimentos para a Paz". A partir de 1972, a Diaconia voltou-se para um intenso programa de ajuda às crianças, pois são elas as *"mais diretamente atingidas pelas carências de alimentação, educação, tratamento médico."*³⁶

Através dos convênios com organizações européias, principalmente a KINDERNOTHILFE na Alemanha e a LUTHERHJALPEN na Suécia, começou a campanha de "auxílio à criança necessitada". Essa campanha funciona através de um sistema conhecido como "padrinhos" e "afilhados". Os padrinhos são aqueles que voluntariamente se comprometem a

³⁵DIACONIA - Boletim Informativo (set/out) 1973, sem número. Rio de Janeiro.

³⁶Idem nov/dez. 1975 n°32.

ajudar na criação de crianças brasileiras que vivem quase exclusivamente sob dependência de um orfanato, semi-internato ou creche.

O sistema de apadrinhamento prevê a troca de correspondência entre o padrinho e o afilhado.

*"O que significa que além da ajuda financeira para proporcionar à criança melhor alimentação, vestuário, educação, tratamento médico e dentário, etc., proporciona também, um amparo psicológico, ou seja, demonstração de afeto, carinho, interesse pela criança, no caso o afilhado."*³⁷

Outro lado desse sistema de apadrinhamento é que através das correspondências que manterão, padrinhos e afilhados farão menção dos benefícios recebidos. Isso significa que terão controle sobre a administração das instituições onde se encontram as crianças.³⁸

A Diaconia se propõe a auxiliar a criança desde a sua admissão como afilhado até atingir a idade de 18 anos, quando completar um curso profissional, seja no Senai, Senac, ou outros. O compromisso do Padrinho é apenas moral e tem duração de 12 meses, podendo ser renovado a cada ano.

³⁷Idem jan/fev. 1976 n°33.

³⁸As cartas enviadas ou recebidas são traduzidas na sede do AMENCAR no Brasil em Leopoldo - RS.

Segundo a Diaconia, até 1975, sete mil crianças brasileiras, distribuídas entre 120 internatos, semi-internatos e creches estavam sendo amparadas por padrinhos da Alemanha e Suécia.

Em princípio de 1980, este quadro se amplia. O AMENCAR apresenta em seu programa de apadrinhamento 146 lares ou instituições de caridade, atendendo 14.000 crianças (vide mapa de distribuição geográfica do programa do AMENCAR no Brasil em Anexo).

A partir de 1979, o AMENCAR - Amparo ao Menor Carente - substitui a Diaconia, embora a estrutura e finalidade da entidade assistencial continue sendo a mesma.

"O AMENCAR é constituído por três categorias de sócios: fundador, cooperador e contribuinte. Sócios fundadores são entidades beneficentes, participantes da constituição da sociedade e presentes na aprovação do Estatuto. Sócios cooperadores são entidades beneficentes que venham a ser administradas como tais pelo Conselho Diretor da AMENCAR. E sócios contribuintes são pessoas jurídicas de direito privado, desde que legalmente constituídas, que venham a ser admitidas como tais pelo Conselho Diretor.

*As entidades fundadoras do AMENCAR são: Associação Evangélica de Ensino, com sede em São Leopoldo/RS; A associação Menonita de Assistência Social da Igreja Presbiteriana de São Vicente/SP; e a Kindernothilfe e V. Duisburg/Alemanha."*³⁹

³⁹Amencar - Boletim Informativo - Ano I nº 0 de 1980, São Leopoldo - R.S.

O AMENCAR é o órgão que mais envia verbas para as entidades assistenciais conveniadas de Rolândia, na forma de apadrinhamento.

Cada entidade assistencial conveniada recebe *per capita* por mês a quantia de Cr\$3.400,00, conforme o câmbio da moeda alemã em relação ao cruzeiro em 21/12/1982.

Esta verba destina-se basicamente à alimentação, material escolar e recreação, vestuário e higiene pessoal da criança amparada pela creche (no caso, a creche São José conveniada desde 1976). O recurso financeiro enviado pela AMENCAR é devidamente fiscalizado. As entidades assistenciais devem manter uma contabilidade regular e legalmente comprovada.

Os programas de assistência propostos pelo AMENCAR são encontrados nos Boletins Informativos que chegam às entidades assistenciais conveniadas. As propostas contidas nos boletins são discutidas pelos responsáveis de cada entidade assistencial e colocadas em prática. Essa prática assistencial mereceu maior atenção e será analisada no capítulo seguinte.

A trajetória da assistência praticada pelas associações prestadoras de serviços assistenciais irá, assim, constituir-se em elementos de condutas cabíveis nos limites da moralidade, da caridade cristã, da

disciplinarização e controle da sociedade. Conseqüentemente, essas relações de possibilidades são delineadas, ao mesmo tempo, pelas entidades benéficas e pelo próprio assistido, que partilha deste processo de construção em que o cenário assistencial é idealizado e praticado quase que concomitantemente.

Assim, é perceptível pela documentação que nos foi dada a conhecer, que seus projetos e práticas assistenciais interagem como elementos controladores e mediadores das relações entre as diversas camadas sociais, mantendo a ordem dentro dos limites possíveis.

CAPÍTULO III

1. "Vigiando a pobreza"

A tendência de controle que se estabelece nas sociedades capitalistas abrange todas as esferas da vida, passando pelo controle do tempo e do espaço do trabalho,¹ como também pela normatização das relações pessoais, tais como o amor, a família, a habitação, o lazer, a higiene, através de um controle e repressão via aparato jurídico, físico (aparato policial)² e também da vigilância praticada pela assistência social, menos explícita em alguns momentos, apesar de não haver menor controle.

Obviamente, os assistidos não incorporam passivamente toda a prática assistencialista colocada à disposição pelas associações prestadoras de serviços assistenciais. Assim, as entidades assistenciais utilizam-se de múltiplas alternativas para atingir seus objetivos.

O controle através da prática

¹Cf. Maria Inês Turazzi, Euforia do Progresso e a imposição da ordem, Maria Auxiliadora G. Decca, A Vida Fora das Fábricas; Sidney Chalhoub, Trabalho, Lar e Botequim.

²Cf. Margaret Rago, do Cabaré ao Lar; Marta de A. Esteves, Meninas Perdidas.

assistencialista dá-se, na maioria dos casos, numa vigilância diária e direta da vida do assistido, delineando formas específicas de atividades assistenciais, de que são exemplos as creches e APMI, entre outras.

Tomando-se como base a creche São José, mantida pela Associação das Damas de Caridade e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, entre outras entidades assistenciais, volta-se os olhos para os discursos proferidos nos Boletins Informativos do AMENCAR e LBA. Sendo que os Boletins Informativos do AMENCAR foram mais detalhadamente analisados por estarem à disposição e arquivados na Secretaria da Creche São José, e também por contar com todos exemplares a partir da data do convênio - 1976.

Os temas abordados são os mais variados. Chamam a atenção aqueles que versam sobre alimentação, lazer, saúde, higiene.

Vale ressaltar que as entidades assistenciais assumem perante o AMENCAR, principalmente, o compromisso de manter uma contabilidade regular, devidamente autenticada por um profissional habilitado, conforme já fora salientado. O cumprimento de tais exigências se dão em função da necessidade de caracterizar o quanto custa manter uma creche e quanto custa manter uma criança dentro da creche.

De acordo com esse objetivo, os Boletins Informativos divulgam para, além de uma tentativa de informar sobre assistência, dinamizar e orientar quanto aos gastos nas creches e como estes podem ser diminuídos, como melhorar a alimentação, a saúde, a higiene.

Reconhece-se que, na medida em que desenvolvem e subvencionam a assistência social aos necessitados amparados pelas creches ou outras entidades assistenciais, ocorre uma interferência no cotidiano dos assistidos de forma direta e diária.

Esse panorama pode ser observado pelos temas abordados nos Boletins Informativos. Os Boletins são utilizados pelo pessoal que trabalha nas entidades assistenciais - técnicos ou leigos - como material básico na informação dos assistidos. Assim, passa-se a analisar os temas separadamente, para melhor compreensão de sua abordagem.

LAZER - a idéia de lazer divulgada nos Boletins é a de uma atividade útil, dirigida e de caráter disciplinador. É praticado em todas as entidades assistenciais, mas principalmente nas creches, por se estar em contato direto e diário com as crianças. As sugestões de lazer são para que as próprias crianças elaborem seus brinquedos. Normalmente, são instruções de como elaborar brinquedos de papel (pelo método de dobradura) e sucatas (caixa

de fósforo, palitos, latas, pneus e coisas do gênero). Ou ainda, os passa-tempos, como: jogos de palavras (busca palavras, "procuram nomes e letras") e recortes de revistas.

As instruções para o lazer das crianças são sempre "brincadeiras" bem-comportadas, que têm na ordem e na disciplina o seu limite e na maioria das vezes, as atividades de lazer têm objetivo imediato.

Os exemplos mais corriqueiros são encapar caixa de fósforo, dobrar papel ou recortar revistas. Estas atividades de lazer irão servir para a decoração das festas de Natal, Junina ou Páscoa, como sugere a figura 2. (em anexo)

O lazer, que vai se moldando com essas atividades, adquire assim um valor, uma função produtiva, na medida em que permite orientar a criança para o aproveitamento do tempo livre. O que se observa nos afazeres desenvolvidos nas creches, junto às crianças, vem de encontro à argumentação de Maria Nadja L. de Oliveira:

*"A criança é considerada improdutiva do ponto de vista econômico. A infância, pois, não tem valor em si mesma senão pelo que nela se possa investir, no sentido de garantir-se mais tarde num adulto produtivo."*³

³OLIVEIRA, Maria Nadja. Creche: Uma escola antecipada, in Revista ANPHU, Produção e Transgressões, n° 10, p.254.

Nessa perspectiva, o caráter educativo-utilitário e preventivo do lazer toma espaço considerável nos boletins Informativos, visando, também, retirar das crianças carentes a idéia de diversão nas ruas, fruto de um "ambiente nocivo, pernicioso dos lares pobres".

Situação semelhante é observada com relação ao tema ALIMENTAÇÃO. Os Boletins informam como preparar ou conservar os alimentos, tanto nas entidades assistenciais como na orientação para os pais e o cuidado destes, no lar.

São sugestões de como preparar alimentação a custo baixo, aproveitar restos de alimentos e principalmente receitas para a utilização do PTS - Proteínas Texteurizadas de Soja.

A alimentação à base de soja aparece nos Boletins Informativos a partir do final da década de 1970. O objetivo é inculcar nas famílias carentes o hábito de alimentar-se utilizando este produto, que a partir desta época é produzido em grande quantidade no país e na região.

Assim, são fornecidos vários tipos de receitas para sua utilização: sopas, saladas, doces e leite à base de soja.

Para mostrar o valor protéico deste produto, os Boletins Informativos trazem tabelas com o valor das calorias encontradas nos alimentos. Valendo-se da

comparação entre os alimentos, fica justificada a introdução do soja na alimentação dos assistidos. Veja-se a argumentação da assistente social Solange Tonchiche:

*"o soja é uma das fontes protéicas mais valiosas para o organismo humano, pois fornece aminoácidos necessários à sua reestruturação suprimindo desse modo, os organismos depauperados ou convalescentes, podendo também suprir as necessidades dos corpos maternos na época da amamentação."*⁴

Valendo-se de um discurso eminentemente técnico e científico, ressaltam o valor proteico do soja.

*"A ciência provou que o soja é um extraordinário alimento que substitui a mais pura das carnes com inúmeras vantagens. Cada quilo de soja (ainda não hidratada) contém as proteínas contidas em 4 quilos de carne, 6 dúzias de ovos ou 13 litros de leite. O soja ainda é rico em vitaminas e sais minerais."*⁵

Outra forma de convencer a utilizar o soja é chamar a atenção dos assistidos para a necessidade de romper com o "preconceito alimentar". Nesse sentido, orientam que os alimentos podem ser ingeridos tanto no

⁴TONCHICHE, Solange K. A interdisciplinalidade frente a questões da subnutrição, monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da UEL. 1987, p.23.

⁵AMENCAR - Boletins Informativos, nº2, 1981. S. Leopoldo - R.S., p.4.

almoço como no jantar. Pode-se misturar os alimentos e não existe alimentos contra-indicativos para meninas que estão menstruadas ou mesmo para mães que estão amamentando.

Muitos dos hábitos alimentares das famílias e das crianças carentes são considerados como tabus alimentares (em anexo), o que, segundo os Boletins, dificulta a alimentação nas creches. Por essa razão, argumenta-se que as crianças devem conhecer os alimentos, apreender sobre seu valor protéico e mesmo aprender cozinhar, pois *"despertará um novo interesse nas crianças e a valorização ainda maior dos alimentos e de quem os prepara."*⁶

A alimentação também é ressaltada nos Boletins como complemento importante à saúde e a higiene.

*"A má alimentação gera deficiência física e mental do menor, tornando necessário o atendimento médico."*⁷

HIGIENE e SAÚDE são temas divulgados por todos os Boletins Informativos do AMENCAR, que expõe o problema como sendo algo complexo, extenso, impossível de ser esgotado. Assim, a fórmula encontrada para enfrentar a

⁶Idem p.3.

⁷Cf. Amencar - Boletim Informativo, Ano I, nº0 de 1980. S. Leopoldo - R.S.,

falta de higiene e saúde dos assistidos é a orientação das famílias e das crianças que vivem nas creches; porém, quando a questão é higiene e saúde a responsabilidade passa a ser também de outros setores:

*"Além dos problemas alimentares e de higiene, os sistemas de esgoto, em mau estado, também são fatores que influenciam na saúde... surgem doenças contagiosas."*⁸

Nota-se a preocupação em orientar as entidades assistenciais quanto à questão da higiene e saúde; no entanto, também oferecem sugestões para que o problema seja resolvido pela prefeitura ou órgãos que regulam a saúde pública. Ou melhor, a questão da saúde/higiene apresenta-se como paradoxo de uma atividade que se expande atingindo outros setores, na medida em que não consegue atingir os objetivos iniciais.

Fazendo referências genéricas quanto à higiene e à saúde, objetivando orientar os assistentes (leigos) que trabalham nas entidades assistenciais, que por sua vez irão orientar as famílias do menor carente, os Boletins chamam a atenção quanto ao manuseio com os alimentos, os cuidados de limpeza na cozinha, que tipo de material deve-se usar para guardar alimentos, como evitar que

⁸Idem, n° 2, 3, 4, 5 de 1981.

as crianças entrem em contato com o lixo, cuidado com o bebê durante os primeiros anos de vida, etc.. Ensinam ainda a observar na criança os distúrbios evolutivos - os que atrapalham o desenvolvimento da criança no que se refere ao sono, ao apetite -, aos distúrbios psicomotores - os que atrapalham o desenvolvimento motor e inteligência da criança, e a prevenção para não se ter crianças deficientes.

*"A prevenção pode ser feita de inúmeras maneiras. Na deficiência visual, por exemplo, evitar uniões entre jovens de famílias com sérios problemas visuais ou entre parentes (...) através dos pré-natais evitar agentes infecciosos como rubéola, a sífilis e a virose em geral que causam danos na formação do sistema nervoso."*⁹

A preocupação situa-se claramente na "degenerescência física" a que estão submetidas as famílias pobres, principalmente aquelas localizadas na periferia da cidade em função da falta de saneamento básico.

A orientação deve ser feita, como já foi versado, pelas pessoas que trabalham com o menor e procurar atingir também as suas famílias, que devem manter contato regular com a creche.

O que se tem especificado nos Boletins

⁹Ibdem: nº 5 - agosto/setembro de 1981.

Informativos é um controle preventivo amparado pela assistência social, e que procura de todas as formas promover a educação sanitária, ajustando o indivíduo às normas do grupo, da sociedade. Ou melhor, o que está em jogo ao elaborar uma "orientação" para as relações entre pais e filhos, entre esposos, entre integrantes de um mesmo grupo da comunidade é, no dizer de Paul Singer:

*"...a tentativa de prevenir desajustamento e dessa maneira preservar o 'pleno bem estar mental e social' dos indivíduos e aprimorar a ordem social constituída."*¹⁰

Outra providência básica que se observa é a instrução quanto à higiene pessoal, através da qual a criança deve ser estimulada a adquirir hábitos de higiene - lavar as mãos antes das refeições e após o uso do sanitário; escovar os dentes três vezes ao dia, por exemplo. Deve-se ainda, observar que a criança adquira independência adequada a sua idade, além de ser estimulada a repetir a rotina higiênica em casa, lugar onde nem sempre encontrará o material necessário à higiene pessoal diária.

Isso não importa. A orientação da higiene pessoal representa uma proteção imediata, uma preocupação com o presente, uma sensação de que se está fazendo

¹⁰SINGER, Paul. Prevenir e Curar: O Controle Social através dos Serviços de Saúde, Rio de Janeiro, Forence/Universidade, 1988, p.64.

algo. A afirmação e reafirmação da necessidade de higiene pessoal e do lar implica, por parte da assistência social, adotar medidas de intervenção autoritária e de controle social. Na visão de Michel Foucault, "*...ela permite articular uma ética 'privada' da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos) com um controle coletivo da higiene...*"¹¹

O círculo da vigilância vai se completando na medida em que os Boletins Informativos passam também a orientar quanto à EDUCAÇÃO.

Maria Nadja de Oliveira argumenta que a Educação "cumpr[e] um papel enquanto instrumento ideológico do sistema, compreendendo as mais variadas situações onde possa ocorrer a transmissão de valores, idéias, modo de pensar e normas de ação pré-estabelecidas."¹²

Nesse sentido, as idéias difundidas pelos Boletins sobre educação, ainda que reelaboradas de acordo com uma "nova" perspectiva, carregam antigos chavões.

"A educação é o instrumento que libera e prepara a pessoa para se tornar verdadeiro agente no processo de transformação, (...) A educação acompanha o ser humano durante

¹¹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, p.200/202 - O autor está se referindo a política médica do séc. XIX, em que "os médicos deverão ensinar ao indivíduo as regras fundamentais de higiene que estes devem respeitar em benefício de sua saúde e da saúde dos outros..."

¹²OLIVEIRA, Maria Nadja. *Creche: Uma escola antecipada*, p. 251.

toda sua vida nas diversas circunstâncias, não se restringindo, portanto, apenas ao sistema escolar (...) é um instrumento que leva à auto-realização, à auto-confiança e à auto-afirmação, dentro de um processo contínuo e amplo, onde não há caminho de volta."¹³

As definições ou funções da educação começam a aparecer a partir de encontros de diretores das entidades assistenciais. O principal motivo dos encontros são os altos índices de repetência e rotatividade - migração ou simplesmente abandono - das crianças que freqüentam as creches.

O índice de evasão e repetência chega a 60% num mesmo ano, segundo relatório anual do AMENCAR e LBA de 1982. Essa "rotatividade" dificultaria os trabalhos comunitários com as famílias ou com os cursos profissionalizantes que acabam não correspondendo ao planejado pelas entidades assistenciais.

Nessa mesma linha de raciocínio, os Boletins e o relatório anual (1982) do AMENCAR concluem que a realidade educacional deixa a desejar, sendo mesmo improdutiva. Não se leva em consideração as diferenças sociais em que o menor carente vive e os recursos didático-pedagógicos destacam como corretos os valores da classe dominante.

¹³Amencar - Boletim Informativo, ano IV, nº25 de 1984.

*"Em educação deve-se reconhecer que o menor com que trabalhamos é fruto de famílias desajustadas. Por isso, o educador deveria ter coragem de trabalhar com as verdadeiras causas que provocam esses desajustes. A educação nas instituições deveria despertar a consciência crítica, relacionada com a realidade e a situação de pobreza que encontram-se as famílias."*¹⁴

Reconhece-se a necessidade de reforma na educação. Reformas capazes de fazer da educação um instrumento de transformação. Porém, pode-se verificar o preconceito com que são tratados os menores, "frutos de famílias desajustadas". A responsabilidade de tal transformação cabe então ao educador, que deveria trabalhar com as "verdadeiras causas" que provocam esses desajustes nas famílias carentes.

Em nenhum momento o discurso proferido nos Boletins aponta como fator da pobreza o modelo econômico; não abordam as questões que originaram as famílias carentes. Mas ao contrário, apontam as características dos indivíduos ou dos grupos como as quais os colocam em condições de inferioridade, e a educação/educador como o veículo que despertaria a consciência crítica. Tornam assim o educador diretamente responsável pela transformação. A avaliação que se fez, nos encontros de diretores das entidades assistenciais, na busca de "novos rumos" ao sistema

¹⁴Idem, p.3.

educacional que afeta as instituições assistenciais (creches e outros) é de que:

*"... os educadores devem ser escolhidos por vocação, tanto nos estabelecimentos particulares como oficiais. (...) Em educação devemos procurar novos métodos educacionais, onde os recursos didático-pedagógicos contribuem para a finalidade de despertar o espírito crítico, comunitário e cooperativo."*¹⁵

Dessa forma, os discursos se complementam e se anulam. A educação deveria despertar a consciência crítica, a realidade e a situação de pobreza que vivem as famílias, mas ao ressaltar a necessidade de conscientização, ressaltam-se as diferenças sociais, reconhece-se a divisão social, situação que se pretende camuflar. Por conseguinte, o menor carente, a família, a classe social não estão ali estáticos, prontos a receber a consciência crítica: sabemos que é uma ação e reação, um movimento de auto-descoberta, um fazer-se.

Aponta-se então como causa do problema um outro personagem, o educador - que deveria ser escolhido por vocação - e os métodos educacionais que não são adequados para "despertar o espírito crítico". Ou seja, desloca-se o fator central da questão e resolve-se o problema de

¹⁵Ibidem, p.6.

forma administrativa, qual seja: escolher o educador que tenha vocação e optar por métodos que sejam adequados.

Com isso, o discurso de despertar a consciência crítica permanece na retórica.

As entidades assistenciais, ao atender simultaneamente a criança carente e sua família, recorrem a diversas atividades e definem os passos a serem seguidos pelos assistentes:

*"Reuniões periódicas; visita às famílias para reconhecer sua realidade; promover mutirões; estimular clubes de mães; valorizar os participantes; promover a pessoa humana; considerar as sugestões dos grupos; visar um movimento de conscientização, partindo das entidades."*¹⁶

Nota-se mais uma vez, que as entidades assistenciais agem, com relação à conscientização, como se o menor carente, sua família, a comunidade alvo estivessem adormecidos e que o profissional da entidade assistencial, através de seu saber, viria a despertá-los, atualizá-los, trazê-los de volta à realidade.

Não havendo a figura do profissional representante da entidade assistencial, por ignorância os assistidos tenderiam a manifestar-se de forma "errada". Sendo assim, torna-se necessário trazer-lhes a consciência

¹⁶Ibidem, p.8.

por aqueles que sabem, por isso organizam, educam. Na argumentação de Marilena Chaui:

"... diferenciar hierarquizando e fazendo com que um dos pólos seja uma espécie de receptáculo vazio e dócil na qual venha depositar-se um conteúdo exterior trazido pelo outro pólo. Com isto, sob o nome de conscientização, reedita-se sob nova roupagem o conservadorismo e o autoritarismo de educação que se pretendia combater."¹⁷

Outra questão a ser salientada ao tratar de Educação é sua relação com a profissionalização. Na visão do AMENCAR:

"Em nosso sistema, a profissionalização significa preparação de mão-de-obra técnica, que visa apenas a produção. Vista de outro lado, que leva à auto-realização, à auto-sustentação e à preparação para a vida, incluindo uma participação interna inerente ao ser humano, que é o caminho à libertação."¹⁸

A idéia de profissionalização reporta-se assim, às formulações dos valores máximos da sociedade capitalista já estabelecidos pelos teóricos do liberalismo, idéias de liberdade, individualidade, propriedade. O

¹⁷CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação, In Revista Educação e Sociedade, Cortez, CEDES, n°5, 1980, p.37.

¹⁸Amencar - Boletim Informativo, n°25 de 1984, p.5.

assistido teria, por esses princípios, a oportunidade de fazer parte do mercado de trabalho, caso apresente uma preparação técnica.

Os cursos profissionalizantes são específicos para menores com idade acima de 12 anos. E ao ressaltar a necessidade de profissionalizar esses jovens, a entidade assistencial justifica sua missão:

*"Nossa tarefa é despertar os dons, as potencialidades da criança nas primeiras fases da vida, conscientizando-a de que trabalhar é uma graça de Deus, e não um martírio."*¹⁹

Por esta perspectiva, os assistentes são instruídos a "despertar" nas crianças o sentido do trabalho e de se ter uma profissão. Assim, os Boletins Informativos orientam quanto a brincadeiras que podem despertar o interesse pelo trabalho: Jogo da Profissão, representação de uma máquina, técnicas para cartões e papel de presente ou confecção de brinquedos para as crianças menores.

Mais uma vez, nota-se que os discursos são elaborados e utilizados como referencial delineador de comportamentos e atitudes, os quais não devem entrar em discordância com o quadro que foi elaborado. Ou melhor, ao

¹⁹Idem, p.6/7.

mesmo tempo em que as entidades assistenciais organizam, reforçam sua prática com esse discurso, não só atingindo o assistido como também o assistente.

Dessa forma, torna-se importante salientar que o maior problema das entidades assistenciais não está em sua penetração no cotidiano do assistido, nem em abarcar para si campos que lhes seriam impróprios, mas no fato de serem incapazes de atender satisfatoriamente as expectativas dos assistidos.

Espera-se que os assistidos incorporem hábitos de higiene, alimentação, boa saúde, repouso disciplinado e produtivo. Para as crianças, um lazer disciplinado para o período de férias, cuja a principal justificativa é não deixá-las tomar gosto pela "ociosidade" das ruas. Para a mãe, a dupla jornada de trabalho, na qual o que está em jogo é eliminar as brechas existentes entre o espaço do trabalho e o lar e completar o círculo de dominação, na argumentação de Margareth Rago.

3.2 - "A intenção e a prática"

A idéia de que a assistência social tem uma tendência marginalizadora dos assistidos e serve de controle da sociedade tem permeado esta pesquisa. Não é intenção afirmar que o controle faz parte de uma estratégia da sociedade capitalista; no entanto, a dominação, o controle, a vigilância têm-se efetivado de diferentes formas em locais e períodos determinados.

São múltiplos os exemplos e estratégias de controle sobre o cotidiano dos assistidos pelas entidades prestadoras de serviços assistenciais, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos, nem sempre diretamente ligadas à classe dominante, mas pertencentes a diferentes grupos sociais, com formação diferenciada e localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em entidades assistenciais públicas ou particulares.

Essas diferentes alternativas de controle e vigilância emergem "inconscientemente" do interior da sociedade, visando "conformar" os assistidos.

No decorrer da década de 1980, realizaram-se estudos monográficos que versam sobre a assistência social em Rolândia e que auxiliaram os programas realizados pelas entidades assistenciais. Estes abordam

os seguintes temas: a visão dos técnicos sobre a integração dos programas na Secretaria de Saúde e Bem-estar de Rolândia; A interdisciplinariedade frente à questão da subnutrição, um estudo avaliativo do programa de suplementação alimentar; Relato de uma experiência desenvolvida junto às favelas do Sapo e do Grilo de Rolândia; Análise do sistema de avaliação utilizado no programa preventivo de atendimento ao menor marginalizado de Rolândia."²⁰

As monografias estão arquivadas na APMI e suas autoras trabalharam (algumas estão trabalhando atualmente) nas entidades assistenciais de Rolândia.

O que têm em comum essas monografias? São estudos que, ao mesmo tempo, evidenciam a posição dos assistentes sociais e de outros técnicos ligados à área sobre a forma mais propícia de atender os assistidos e de interferir no cotidiano das famílias carentes, além de avaliar a prática assistencial que vinha sendo realizada pelas diversas entidades.

Os técnicos da saúde e assistência social, a partir de 1983, estão vinculados à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social de Rolândia, com sede na Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI.

O parecer dos técnicos da saúde (médicos, enfermeiros e odontólogos) e dos assistentes

²⁰Essas monografias já foram citadas com as devidas referências.

sociais sobre os programas assistenciais praticados pelas entidades é de que os mesmos não resolvem os problemas de pobreza dos assistidos.

Exemplificando: No que se refere ao Programa de Suplementação Alimentar - PSA",

*"... é impossível acreditar no Programa de Suplementação Alimentar nos moldes atuais. É paliativo e sem resultado. O programa é de orientação assistencialista e manipuladora do ponto de vista político."*²¹

O Programa de Suplementação Alimentar - PSA, não tem validade para os técnicos, porque a quantidade de alimentos necessários para uma boa alimentação da criança ou da gestante e nutriz é bem maior que a oferecida pelo PSA, além de o programa ser irregular.

Na argumentação da assistente social Maria Arlete Silva, o programa de Suplementação Alimentar

"traz implícito e simultaneamente reproduz a ideologia da classe dominante que está voltada para a manutenção e a reprodução da força de trabalho em níveis mínimos e concomitantemente neutraliza questões sociais tornando os assistidos uma população

²¹Cf. FERREIRA, Tania. A visão dos técnicos sobre a integração dos programas na Secretaria de Saúde e Bem-Estar de Rolândia. Monografia apresentada ao Departamento de Assistência Social, UEL, 1986, p.49.

inerte."²²

Nota-se, assim, que a preocupação com o estabelecimento de fronteiras mínimas de subsistência faz parte dos programas assistenciais, bem como do cotidiano dos técnicos, que mesmo apresentando uma certa clareza sobre o problema não têm condições de resolvê-los.

O Programa de Suplementação Alimentar opera, dessa forma, como amenizador das tensões sociais, ao mesmo tempo em que direciona, molda e disciplina o comportamento do assistido, estabelecendo normas de atendimento.

Assim, para ser "beneficiário" do Programa de Suplementação Alimentar, torna-se necessário preencher os seguintes quesitos: baixa renda, família numerosa, precárias condições de higiene, de habitação e baixo nível de instrução escolar. Por esses quesitos, enquadrar ou não o assistido ao Programa dependerá muito mais do parecer do assistente social, pois não se especifica, por exemplo, o que é baixa renda, qual o número mínimo de pessoas para preencher o quesito "família numerosa", etc.

Diante desse quadro, portanto, desenvolve-se uma prática que concretiza a reprodução do respeito, da obediência, da ordem, da hierarquia, o

²²Cf. SILVA, Maria Arlete & BENASSI, M. C. Programa de Suplementação Alimentar, atenuante de questões sociais. Monografia apresentada ao Departamento de Assistência Social. UEL. 1983, p.54.

"ordenamento natural das coisas" através do controle de horários, de freqüências, de deveres e direitos dos assistidos, bem como procedimentos normativos e regulamentares para permanecer no Programa de Suplementação Alimentar - PSA.

A entidade assistencial e o técnico, ao estabelecerem e cumprirem as normas, contribuem para moldar e disciplinar o comportamento do assistido, levando-o a agir de forma submissa, não questionando a sua inserção ou não no Programa. É sobretudo um "discurso competente" que se estabelece sobre a vida do assistido.²³

Formas de atendimento aos assistidos ampliam-se. O Programa de Ação Integrada de Saúde visa a um atendimento global, envolvendo educação, saúde, nutrição e saneamento básico. Este programa também está vinculado à APMI.

O Programa de Ação Integrada de Saúde é avaliado pelos técnicos da área da saúde e assistentes sociais como importante porque está ligado à reprodução da força de trabalho.

"... um membro da comunidade que não tem saúde não poderá ter emprego, salário, educação ou qualquer outro fator que caracteriza um grupo

²³Cf. CHAUI, Marilena S. Cultura e Democracia - O discurso competente e outras falas. São Paulo : Moderna, 1981

como sociedade."²⁴

Conforme o que foi destacado, o interesse na questão de saúde ocorre paralelo a outros aspectos como a educação, nutrição, saneamento básico, higiene. A intenção "preventiva" corresponde, dessa forma, ao desejo de controlar em termos "satisfatórios" a saúde do assistido, para que possa ser um concorrente no mercado de trabalho.

As iniciativas em relação à saúde, higiene, educação, estão presentes no discurso das diversas entidades assistenciais que prestam serviços de assistência social, inclusive as creches.

Estas entidades assistenciais estão ligadas, como já foi exposto, à APMI, e têm como principal objetivo auxiliar as gestantes e na saúde das crianças.

Os seus serviços têm sido realizados ao longo dos anos através dos "clubes de mães", onde são orientadas sobre normas de higiene, incentivo ao aleitamento, prevenção de doenças, regulamentação do casamento (no civil e se possível no religioso), ou ainda orientação da comunidade no acesso à assistência médica.

Conclui-se, assim, que a prática assistencial é uma área que se caracteriza pela distribuição de

²⁴Op. cit. FERREIRA, Tania. p.57

serviços, dinheiro, remédios, bens de consumo, com base num pedido sujeito a critérios de seleção, por parte do indivíduo ou da família, que deve comprovar sua incapacidade de obter o que foi pedido à entidade assistencial, ou seja, provar seu estado de pobreza.

Portanto, o atendimento ao assistido, seja por parte da "benemerência" ou de cunho "pragmático e técnico-científico", não se restringe à população excluída do mercado formal de trabalho, aos exércitos de reserva de mão-de-obra. Abrange um espaço muito maior, interferindo em diferentes aspectos da vida do assistido. Está voltada para o imediatismo, buscando realizar ações a curto prazo. Caminham na direção da orientação, da educação.

Esta prática está voltada, principalmente, para o atendimento da mulher, porque vêem nela a possibilidade de "induzir" sua família quanto à higiene "correta", alimentação "adequada", saúde "satisfatória", religião "apropriada".

Nesta perspectiva, a prática assistencial não pretende, como argumenta Michel Foucault,

"diminuir a pobreza, mas sim a sobrevivência de certos pobres, e assim o crescimento de seu número, o prolongamento de suas doenças, a consolidação de sua má saúde, com todos os efeitos de contágio que dele possa

resultar."²⁵

Não há dúvida de que o caráter paternalista da prática assistencial reforça a formação indivíduo (por vezes "culposa"), a qual conduz a adaptação passiva à vida social ou conformismo, e faz do sentimento de inferioridade o pretexto para não adaptação à vida social, ou uma adaptação oportunista com a qual visa "tirar proveito" dessa condição, conforme argumentos de Angel Pino.²⁶

Assim, mesmo quando a prática assistencial utiliza-se da tática "é necessário educar", não se trata de educar para a cidadania, para pleitear seus direitos. Educa-se para a submissão, no máximo um empregado bem comportado que consiga auto sustentar-se.

Nesse sentido também, quando o assistido reclama da assistência prestada, por exemplo, da Suplementação Alimentar não ser regular, é visto como um assistido acostumado a receber benefícios de graça.

*"O Programa de Suplementação Alimentar cria uma dependência nas famílias cadastradas que esperam ter no final do mês uma cota de alimentos."*²⁷

²⁵Op. cit. p.203

²⁶PINO, Angel. Política de promoção social e exercício de cidadania - uma crítica às práticas de confinamento da pobreza. In Revista Serviço Social e Sociedade, ano X, n° 31, 1989, p. 145

²⁷Cf. FERREIRA, Tania. p.58

Por outro lado, os mesmos técnicos da área de saúde e assistência social, ao avaliarem os problemas da população assistida, argumentam que estas não podem ser analisadas isoladamente do contexto social; deve-se levar em conta todo o âmbito social em que vive o indivíduo.

*"... na parte médica, além de receitar um vermífugo, o importante é analisar porque o verme está no organismo da pessoa e orientar como isso deve ser evitado."*²⁸

Percebe-se que os técnicos da saúde e assistência social não se dão conta da realidade, do estado de miséria em que vivem os assistidos quando avaliam os seus problemas sociais, ou melhor, que os problemas sociais são também de ordem econômica. Como adquirir hábitos de higiene pessoal ou do lar, se não têm dinheiro suficiente para a alimentação?

Assim, a prática assistencial orienta-se no sentido de que o essencial é promover o trabalho entre os assistidos, reproduzindo a expressão das Damas de Caridade:

"A idéia é formar várias equipes entre elas a de jornaleiro, engraxate, sapateiro, dos idosos, da

²⁸ Idem p. 59

gestante, etc., e os trabalhos seriam manuais: costura, bordados, crochê, etc."²⁹

Promover, educar para o trabalho foi e é a prática assistencial mais comum, mas não são trabalhos que possibilitam a independência dos assistidos de forma que não venham mais a precisar da assistência. Ao contrário, os trabalhos, quando manuais, são encaminhados a um bazar beneficente. Neste caso, as Damas de Caridade encarregam-se de vendê-los. O dinheiro obtido é transformado em "novas" formas de ajuda, garantindo a permanência do assistido nas entidades assistenciais, completando assim o círculo da dominação e do controle social.

²⁹Ata de 17/03/1975 da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou centrar-se numa descrição e análise da prática assistencial levada a cabo pelas diversas entidades assistenciais de "caráter leigo e personalidade civil"¹, em Rolândia, no período de 1949 a 1983.

Certamente, a prática assistencial não é uma característica de Rolândia e sequer nacional. Outras sociedades vêm experimentando semelhantes práticas com os mais variados resultados. No entanto, a intenção na sua análise caminhou em direção de uma dada realidade, a cidade de Rolândia, precisamente no momento em que apresentava mudanças no quadro populacional, ou melhor, quando ocorria a migração campo-cidade. Neste momento, novas figuras sociais foram se desenhando e a cidade ganhando novos contornos: o trabalhador rural foi transformado agora em trabalhador assalariado rural temporário (bóia-fria) ou trabalhador braçal no meio urbano. Em ambos os casos, trabalhador mal remunerado que não consegue manter sua sobrevivência e de sua família, tendo que conseqüentemente recorrer aos serviços de assistência.

Aliados a estes fatores, temos ainda a

¹expressão retirada do Estatuto da Associação das Damas de Caridade de Rolândia.

falta de equipamentos urbanos: habitação, escolas, emprego suficiente para atender os trabalhadores, etc., o que faz explodir formas alternativas de garantir a sobrevivência, expressa no subemprego, na contravenção, na marginalidade, palco de espetáculo da concentração da pobreza em espaços que se encontram na periferia da cidade, e também pouco higiênico, de sexo ilícito, de vícios de ociosidade, de uma população sem controle.

A ação das entidades assistenciais, bem mais perceptível, neste momento, antecipa-se às reivindicações da população carente. Auxiliadas pelo princípio da "caridade cristã e pelo espírito filantrópico de que são imbuídas as entidades assistenciais", conjugam esforços em direção à imposição de disciplinas capazes de organizar e controlar, tornando a cidade um meio ambiente normatizado e previsível.

Não se trata de uma simples relação de causalidade, pobres X necessidade de auxílio, de ajuda. A prática de assistência social de certa forma "cria" sua própria demanda. Surgem constantemente mecanismos de ajuda e gente a ser ajudada.

Assim, a prática assistencial orienta-se no sentido "o essencial é promover o trabalho entre os assistidos" situação esta própria da lógica da sociedade capitalista. Alvo desta prática foram, preferencialmente,

as crianças e mulheres. As crianças, futuros trabalhadores, pode-se delinear seu comportamento através da educação, da boa saúde, do lazer. A mulher (mãe) pode reforçar esta idéia no lar. Ela deve, ainda, realizar outras tarefas para ajudar no orçamento familiar, além de "solicitar" a regulamentação do casamento civil e se possível no religioso, evitando assim o desregramento, o descontrole.

Certamente há muito mais o que refletir. Muitas questões merecem uma atenção mais cuidadosa e comportam uma análise específica com monografias próprias. No entanto, foram apenas esboçadas no decorrer dessa dissertação, em virtude de seus objetivos iniciais.

Assim, apenas algumas constatações pretendem ser colocadas agora. No capítulo que se ocupou da questão de erradicação dos cafezais e modernização da agricultura, trata-se de refletir sobre como a cidade não estava preparada para absorver a mão-de-obra vinda do campo e como o trabalhador rural se adaptou às novas circunstâncias, sobrevivendo, na maioria dos casos, do trabalho rural temporário, porém residindo na periferia da cidade.

Nestes termos, os estudos realizados revelaram que a constituição econômica do município de Rolândia, ainda hoje, é marcada pela estreita ligação com as atividades agrícolas.

A partir dos anos 30, era produtora de café, atividade que ocupava grande quantidade de mão-de-obra. A partir dos anos 60, seguindo a orientação político-econômica do Estado, passou a produzir gêneros agrícolas para a indústria, e reduziu significativamente a mão-de-obra utilizada na agricultura, em função da mecanização.

Dessa forma, a mão-de-obra liberada no meio rural passou a contribuir na cidade, como uma força de trabalho numerosa, com baixa ou nenhuma qualificação que, dada a sua necessidade de trabalhar para sobreviver, está em permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho. Esta é a característica principal do contingente populacional inserido na situação de dependência dos serviços assistenciais prestados pelas diversas entidades de assistência social.

A existência de uma parcela significativa da população de Rolândia vivendo do auxílio das entidades assistenciais levou-nos à constatação de que os serviços assistenciais operam em função da manutenção da ordem e controle social; ou melhor, a prática da assistência não se propõe a alterar as condições de vida dos assistidos. As diversas atividades - política-social, assistência-social, Estado do Bem-Estar-Social - servem mais como uma racionalização de uma prática que tem por finalidade classificar o assistido e assim diluir seus

interesses.

Assim, a estratégia de organização da assistência constitui uma instância mediadora das relações entre as diversas camadas sociais, amortecendo, ou mesmo impedindo possíveis conflitos "encarnados nas camadas sociais de necessitados e despossuídos".

No "combate à miséria", os programas de assistência mantêm a tônica - as entidades assistenciais são responsáveis pela educação, lazer disciplinado, orientação quanto à higiene, à saúde, à alimentação -, uniformizando modelos de comportamento.

No entanto, deve-se salientar que, de acordo com as constatações feitas no decorrer deste trabalho com relação à prática assistencial do município de Rolândia, o assistido não assume passivamente todas orientações das entidades assistenciais, mas a prática das mesmas acaba por escamotear os problemas sociais ao mesmo tempo em que servem ao controle e à dominação, transformando a cidade num ambiente normatizado e previsível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

01. BIANCO, Andrea Marcia D. *Relato de uma experiência desenvolvida junto às favelas do Sapo e do Grilo em Rolândia*. 1981.
02. FERREIRA, Tania Maria S. *A visão dos técnicos sobre a integração dos Programas na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Rolândia*. 1986.
03. MOTTA, Edina Maria. *Um Estudo da Satisfação do Trabalho de funcionários que atuam direta e indiretamente com o Programa de Suplementação Alimentar*. 1985.
04. POLVANI, Maria Elizabeth & NAGOSTTI, S. R. *Um estudo avaliativo do Programa de Suplementação Alimentar*. 1984.
05. PRUSER, Friedrich, *Roland und Rolândia*, Internazionali Verlag sgeslsehft, Bargmann Bremem, 1957.
06. SCHWENGBER, Claudia P. *Rolândia 40*. datilografado, s/d.
07. SILVA, Maria Arlete e BENASSI, M. V. *Programa de Suplementação Alimentar*. Atenuante de questões sociais, 1983.

08. TONCHICHE, Solange K. *A interdisciplinalidade frente a questão da subnutrição*, 1987.
09. ZANATA, Laura S. *Análise do sistema de avaliação utilizado no programa preventivo de atendimento ao menor marginalizado de Rolândia*, 1979.

BIBLIOGRAFIA

01. ABRANCHES, Sérgio H.; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos A. *Política Social e Combate a Pobreza*. Rio de Janeiro : Zahar, 2 ed, 1988.
02. ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Vitória da razão*. O Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. Tese de doutorado, São Paulo : USP. 1985.
03. BOSCHI, Caio. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. In *Revista Histórica* (Nova série) USP.n°116,1984.
04. BONI, Maria Inês M. *O Espetáculo visto do alto: Vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)* Tese de doutorado. USP. 1985.
05. BRAGA, José Carlos de S. & PAULA, Sérgio G. *Saúde e Previdência: estudo de política social*. São Paulo : Hucitec. Cebes, 1981.

06. BRESCIANI, Maria Estela. **Liberalismo: Ideologia e Controle Social**. Tese de doutorado, São Paulo : USP. 1976.
07. _____, **Londres a Paris no séc. XIX . O espetáculo da pobreza**. São Paulo : Brasiliense, 1989.
08. CANCIAM, Nadir A. **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**, Curitiba : Grafipar, 1981.
09. CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo 2ª ed.: Paz e Terra.
10. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequin: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
11. _____, **Visões da Liberdade**. São Paulo : Cia das Letras, 1990.
12. CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência**. São Paulo : Brasiliense, 1986
13. _____, **Cultura e Democracia**. O discurso competente e outras falas. São Paulo : Moderna. 1981
14. _____, Ideologia e Educação. In **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo : Cortez, nº5, 1980.
15. COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**, Rio Janeiro : Graal, 1983.

16. COSTA, Suely G. Formação profissional e currículo de Serviço Social: referência para debate. In *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº31, 1989.
17. CUNHA, Luiz A. G. *O crédito rural e a modernização da agricultura Paranaense - 1970/1980*. Dissertação de mestrado, Curitiba : UFPR. 1985.
18. CUNHA, Maria Clementina. *Espelho do Mundo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
19. DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo - 1920/1934*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
20. DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
21. ESTEVÃO, Ana Maria. *O que é Serviço Social*. S.P. Brasiliense, 1988.
22. FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo. 1880/1924 - São Paulo : Brasiliense, 1984.
23. FERRAZ, Salvador S. *As mudanças nas relações de Trabalho na Agricultura Paranaense*. Dissertação de mestrado, São Paulo : USP, 1982.
24. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis : Vozes, 1987.

25. _____, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, 7ª ed., Graal, 1988.
26. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas : Papyrus, 1983.
27. LOPES, Ana Yara D. P. *Pioneiros do Capital*. A colonização do Norte e Norte Novo do Paraná. Dissertação de mestrado, São Paulo : USP, 1982.
28. MACHADO, Eduardo Paes, (coord.) *Poder e Participação no Campo*. São Paulo : Cerifa, 1987.
29. MALLOY, James M. *Política de Previdência Social no Brasil*, Rio de Janeiro : Graal, 1986.
30. MIRANDA, Beatriz T. de M. *O perfil patológico do homem carente na sociedade Paranaense*. Tese de doutorado. USP. 1986.
31. MULLER, Marli R. *Subsídios para minimizar a subeducação rural*: fundamentado no estudo de caso de uma realidade concreta, o município de Rolândia. Dissertação de mestrado, Curitiba : UFPR. 1986.
32. OLIVEIRA, Maria Nadia. Creche: Uma escola antecipada. In *Revista Brasileira de História*, Marco Zero, nº10, 1985.
33. OLIVEIRA, Valéria R. Política de Assistência no Brasil. In *Revista Serviço Social e Sociedade*, Cortez, Ano X, nº31. 1989.

34. PADIS, Pedro P. **Formação de uma Sociedade Periférica: O caso do Paraná**, S.P. Hucitec, 1981.
35. PASTORE, José. **Mudança Social e pobreza no Brasil: 1970/1980, o que ocorreu com a família brasileira?** São Paulo : Pioneira, 1983.
36. PAZ, Francisco M. (org.) **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba : Prephacio, 1991.
37. PINO, Angel. Política de promoção social e exercício da cidadania - uma crítica às práticas de confinamento da pobreza. In **Revista Serviço Social e Pobreza**, Cortez, Ano X, n°31. 1989.
38. PIQUET, Rosalia & RIBEIRO, Ana Clara (org.) **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro : Zahar / F. Universitária José Bonifácio, 1991.
39. RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinada. Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
40. SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo : HUCITEC, S.P. 2°ed. 1979.
41. SCARFON, Maria de Lourdes. **Crescimento da miséria**, São Paulo : Símbolo, 1979.
42. SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origem da Indústria no Brasil**. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

43. SIMÕES, Carlos. O drama do cotidiano e a teia da história - direito, moral e ética do trabalho. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Cortez, Ano XI, nº32, 1990.
44. SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 12 ed. 1990.
45. _____, Paul. *Prevenir e Curar*. O controle Social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro : F. Universitária, 1988.
46. SPOZATI, Aldaíza. *Vida Urbana e gestão da pobreza*. São Paulo : Cortez, 1988.
47. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital - 1850/1980*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
48. TOMAZI, Nelson D. *O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Dissertação de mestrado. Assis : UNESP. 1989.
49. TURAZI, Maria Inês. *Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do séc. XIX a XX*. São Paulo : Marco Zero. 1989.
50. VILANUEVA, Orion. *Rolândia terras de pioneiros*, Londrina: Ipê. 1974.

Anexos

QUADRO VII

Área plantada e emprego gerado de 1959/1979 - Paraná

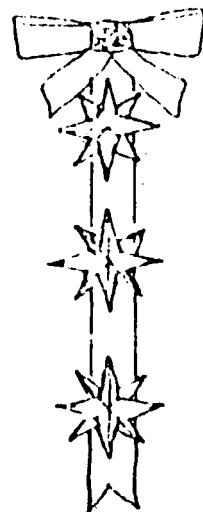
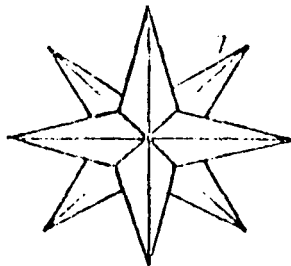
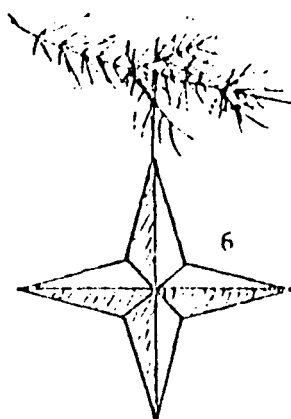
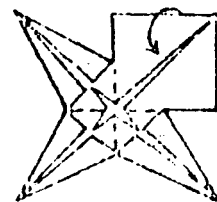
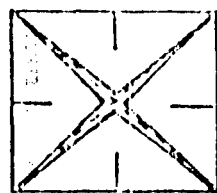
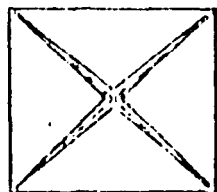
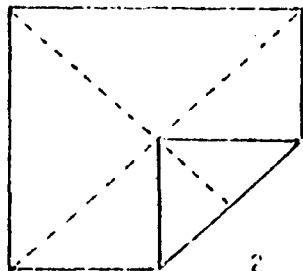
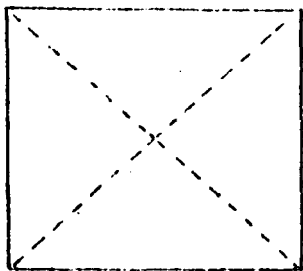
Ano	Área	Emprego
1959	2.971.450	720.557
1960	3.102.294	770.226
1961	3.274.637	813.955
1962	3.654.656	923.074
1963	3.918.088	951.783
1964	4.040.939	855.814
1965	4.316.478	904.122
1966	4.181.389	892.853
1967	4.280.130	862.102
1968	4.417.643	867.754
1969	4.844.859	885.401
1970	5.505.838	905.628
1971	5.719.295	912.328
1972	5.798.764	904.792
1973	5.396.123	774.082
1974	7.507.677	889.000
1975	7.108.596	870.510
1976	8.177.343	823.576
1977	8.235.096	770.569
1978	8.276.712	838.396
1979	8.597.747	843.343

Fonte: Secretaria da Agricultura do Paraná - Departamento de Economia Rural.

LAZER

Já podemos pensar em
começar, COM AS CRIANÇAS,
os preparativos para o
N A T A L !

Figura 2

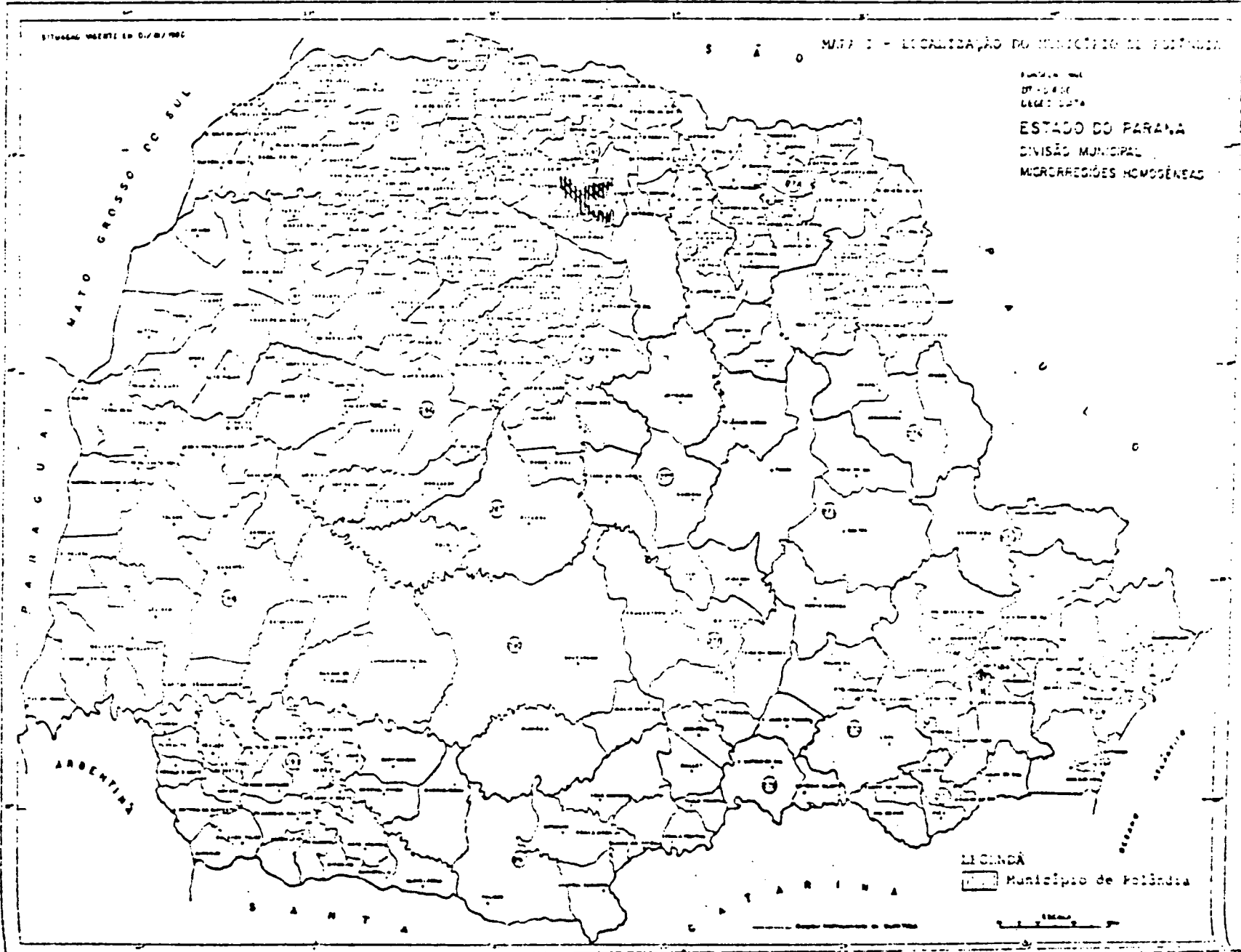


A estrela superior é uma dobradura a partir do quadrado. Usamos papel branco, gessado, laminado, folha colorida de revista ou outro papel adequado disponível. Escolhemos o tamanho do quadrado e dobramos conforme os desenhos de 1 a 3. A figura 4 nos mostra onde fazer os cortes laterais, para então efetuarmos as dobras da figura 5, obtendo as pontas da estrela. Se desejarmos nossa estrela com relevo, dobraremos o trabalho tornando salientes as linhas que unem as pontas opostas (fig. 6).

A figura 7 nos mostra duas dobraduras coladas superpostas, formando uma estrela com oito pontas. Outra variante é montar o trabalho com estrelas de tamanho decrescente.

O trabalho final pode ser usado pendurado no pinheirinho, montado numa fita, numa tira de cartolina, enfeitando um embrulho ou onde a imaginação determinar.

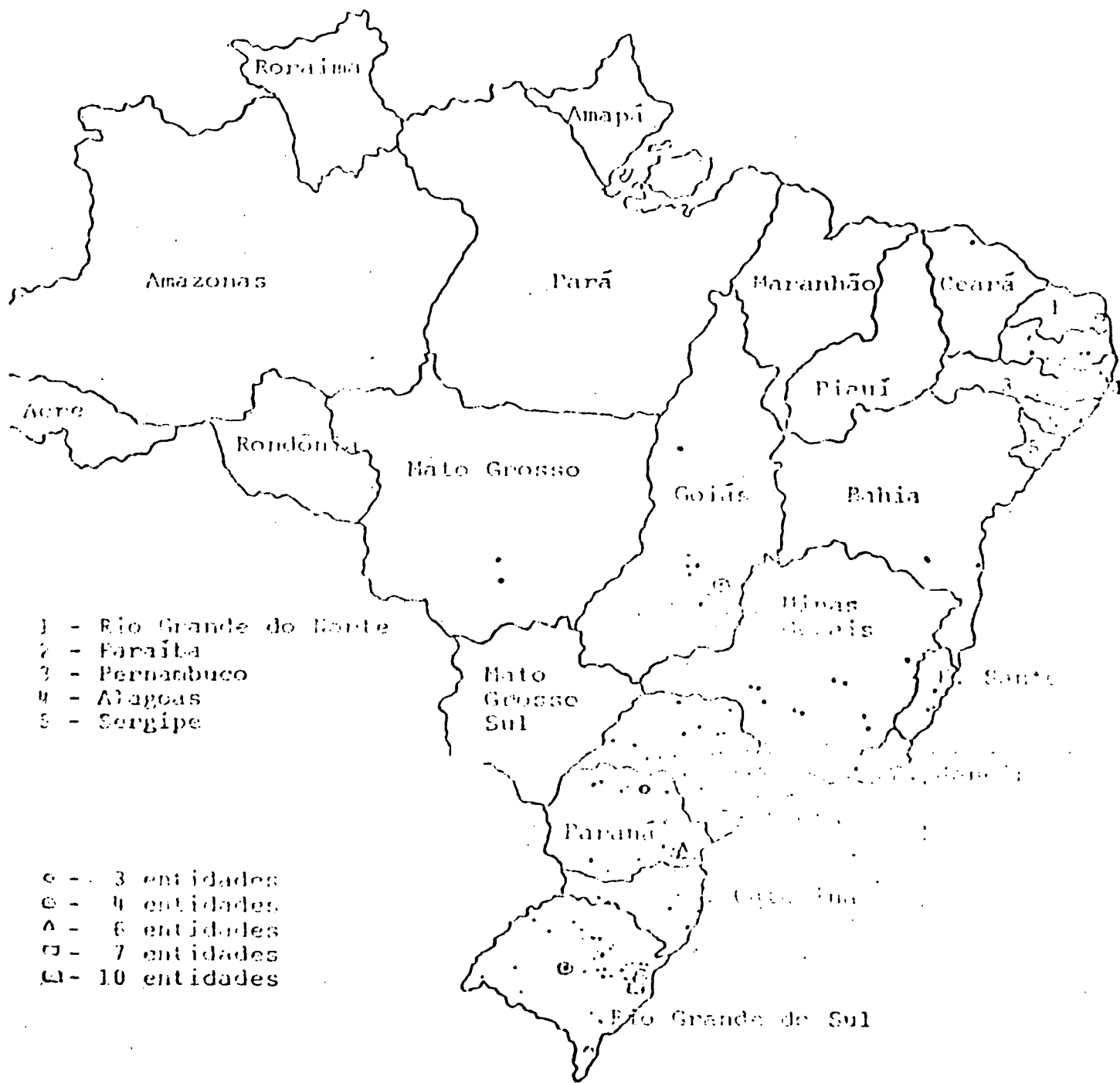
BOM TRABALHO !



Aos seis dias do mez de julho do ano mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Rolândia, às 16 horas na sede do Rolândia Country Club, foi por sua Excel. Reverendissima D. Geraldo Fernandes, bispo de Londrina fundada a associação "Damas de Caridade", achavam-se presentes D. Excel. Reverendissima D. Geraldo, Bispo de Londrina, Secretário de D. Excel.; Padre Carlos Bonetta Vigário da Paróquia e senhores convidados. Presidida a solenidade foi por D. Excel. Reverendissima aberta a sessão, expondo as finalidades filantrópicas da entidade ora criada, e elegendo uma Diretoria provisória que ficou assim constituída: Presidente: - Dra. Marisa de Sebes; 1.º Vice: - Dra. Aparecida Flores; 2.º Vice: - Dra. Maria A. Müller; 1.ª Secretária: - Dra. Odette R. Godoff; 2.ª Secretária: - Dra. Luiza M. Valle; 1.ª Tesoureira: - Dra. Maria Agniz G. Abrão; 2.ª Tesoureira: - Salmira Gomes Alves; Commissão de Festas: - Dnas. Maria Nazareth Duarte, Mair Albuquerque e Geny Pacheco; Commissão de Costura: - Dnas. Lindamir Gaertner, Hicione Tibiletti, Hassib Guimarães e Raquel Cabral; Commissão de Generos Alimentícios: - Dnas. - Cleide Barber, Nice Prado da Silva e Beatriz Quaiador. Cypis a solicitação da Diretoria foi pela pra. Presidente convocada uma reunião em sua residencia para o dia nove (nove feira) às 15 horas. Em sua residencia onde estão sendo debatidos os demais assuntos referentes à Associação. Nada mais havendo a tratar foi por D. Excel. Reverendissima encerrada a sessão e levada a presente.

ATUAÇÃO

Distribuição geográfica do programa do AMENCAP no BRASIL



- 1 - Rio Grande do Norte
- 2 - Paraíba
- 3 - Pernambuco
- 4 - Alagoas
- 5 - Sergipe

- 6 - 3 entidades
- 7 - 4 entidades
- 8 - 6 entidades
- 9 - 7 entidades
- 10 - 10 entidades

Blândia- 3 entidades

- Creche S. José
- Creche N.S. Aparecida
- APAF.

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

Em 31.12.82 o AMPARO AO MENOR CARENTE - AMENCAR estava auxiliando, através de convênios, a 157 entidades, com 15.163 crianças, abrangendo 16 estados brasileiros, conforme o quadro a seguir:

Estados	nº de entidades	nº de crianças
1. Ceará	01	27
2. Rio Grande do Norte	03	199
3. Paraíba	05	247
4. Pernambuco	19	2.025
5. Alagoas	01	60
6. Bahia	02	140
7. Espírito Santo	03	265
8. Goiás	05	321
9. Distrito Federal	04	510
10. Mato Grosso	02	122
11. Rio de Janeiro	07	610
12. Minas Gerais	12	845
13. São Paulo	22	3.059
14. Paraná	21	1.700
15. Santa Catarina	05	458
16. Rio Grande do Sul	05	4.565
16 Estados	157 entidades	15.163

Conforme já mencionamos na "Apresentação", o AMENCAR deve desenvolver um trabalho de apoio a estas entidades graças à GEMEINHAUTHILFE da Rep. Fed. da Alemanha, que é a responsável pela parte financeira do programa. Através dos padrinhos, cada uma das entidades conveniadas recebe um per/cápita/mês de Cr\$ 3.400,00, conforme o câmbio da moeda alemã em relação ao Cruzeiro em 21 de dezembro de 1982.

Esta verba destina-se basicamente à alimentação, material escolar, de higiene e recreação, assistência médica e dentária, vestuário e pessoal.

Em resumo, trata-se de um programa de ajuda ao menor abandonado e/ou carente, através de um apadrinhamento. Cada criança, es-

ALIMENTAÇÃO

A soja e seu valor nutritivo

Até há bem pouco tempo acreditava-se que somente a carne possuía todas as matérias orgânicas necessárias à vida.

A ciência provou que a soja é um extraordinário alimento que substitui a mais pura das carnes com inúmeras vantagens. Cada quilo de soja (ainda não hidratado) contém as proteínas contidas em 4 quilos de carne, 6 dúzias de ovos ou 13 litros de leite. A soja ainda é rica em vitaminas e sais minerais.

O emprego da soja na alimentação humana data de velhos tempos, tendo sido usada pela primeira vez na China, no ano de 2838 antes de Cristo. Até hoje é usada pelo povos orientais como um dos mais importantes alimentos em sua dieta e, na maioria das vezes como sua única fonte de proteínas.

A soja, pertencente à família das leguminosas é, indiscutivelmente, o único alimento de origem vegetal que se conhece de maior riqueza em nutrientes — proteínas, vitaminas e sais minerais — elementos indispensáveis ao bom funcionamento do organismo.

Hoje já podemos encontrar a nossa disposição diversos produtos de soja, como a Proteína Texturizada de Soja (PTS); sopas em vários sabores; biscoitos salga-



dos e doces; o leite de soja — que também é encontrado em vários sabores; a farinha de soja integral, bifes, almôndegas e quizado de soja já hidratada, além do já conhecido óleo de soja. Com todas estas possibilidades podemos criar cápios de alto valor nutritivo.

Quadro demonstrativo do elevado valor protéico da soja em comparação com as proteínas de origem animal e vegetal:

Alimento — 100g	Calorias	Proteínas
Carne	160/250	20 a 25,0%
Leite (integral)	61	3,5%
Ovos	163	12,9%
SOJA	400	34 a 40,0%
Feijão seco	337	22,0%
Farinha de milho	354	9,6%
Farinha de trigo	365	12,0%
Farinha de mandioca	354	1,7%

Dados: tabela ENDEF — IBGE

runais, visando à formação social das famílias carentes: - assessoramento familiar - programas de paternidade responsável - saúde e nutrição - lazer, recreação e esportes - serviço social de caso - assistência jurídica e previdenciária.

Os assistentes sociais ou comunitários visitam a população das vilas e ajudam a organizar encontros, para as pessoas conhecerem-se melhor trocando idéias sobre o trabalho em grupo e as funções de uma comissão: - para o bem-estar e saúde - de lazer e esportes - de educação e treinamento, de agricultura e pecuária.

3 - O AUXILIAR DE SAÚDE

Ter saúde é muito mais do que não estar doente. É bem-estar: do corpo, da mente, e da comunidade. As pessoas vivem melhor quando moram em lugar sadio, quando podem confiar nos outros, trabalhar juntas para resolver os problemas do dia-a-dia, dividir o que têm, tanto na dificuldade quanto na fartura, quando aprendem juntas a crescer e a viver, da maneira mais sadia possível.

Mesmo onde há médicos, as pessoas podem e devem aprender a zelar pela sua própria saúde. Os cuidados da saúde não são apenas direito, mas responsabilidade de cada um. Os conhecimentos médicos não devem constituir segredo, mas precisam ser livremente acessíveis a todos.

Como **AUXILIAR DE SAÚDE**, você quer descobrir, em primeiro lugar, quais são os problemas de saúde e quais as suas maiores prevenções. Para conseguir as informações



necessárias, você pode fazer uma lista de perguntas.

Em muitos lugares, a má nutrição leva a muitos problemas de saúde. Onde não há comida suficiente, as pessoas não podem ser sadias. Se as pessoas estão com fome ou as crianças estão mal-nutridas, a sua primeira preocupação deve ser a de melhorar a alimentação, mesmo que haja outros problemas importantes. Se você ajudar as pessoas a reconhecer seus problemas de saúde comuns e tratá-los logo em casa, poderá poupar muito sofrimento. O tratamento precoce é uma forma de medicina preventiva. A medida que você ajuda as pessoas a pensar no futuro, à medida que as suas atitudes mudam, e à medida que mais doenças são contempladas, você verá que a balança pende naturalmente para o lado da prevenção. Aproveite o tratamento como uma oportunidade para ensinar a prevenção.

USO SENSATO E LIMITADO DE REMÉDIOS

— "Você não acha que ele precisa de uma injeção? — Não! Ele só está resfriado, ele vai melhorar sozinho, precisa descansar, comer bem e beber bastante. Um remédio forte não vai ajudar e pode até prejudicar." Alguns remédios modernos são muito importantes e podem salvar vidas. Mas para a maioria das doenças não é preciso tomar remédios. O próprio corpo pode, geralmente, lutar contra a doença, desde que a pessoa descanse, coma bem e talvez, tome alguns remédios caseiros.

Em vez de ensinar as pessoas a depender de remédios de que não precisam, explique porque não devem usar remédios. Também diga à pessoa o que ela mesma pode fazer para se curar.

Bibliografia: Nossa Fé, Nossa Vida - Editora Sinodal - 1979
Onde Não Há Louco - David Werner

TABU ALIMENTAR

Vamos tratar de um assunto que vem acompanhando as pessoas, de todo o mundo, nos hábitos alimentares: O TABU ALIMENTAR. O que é tabu?

Tabu quer dizer no sentido real da palavra, sagrado, invulnerável, proibição aos profanos nas sociedades primitivas, de se relacionarem com pessoas, objetos ou lugares determinados ou delas se aproximarem, em virtude do caráter supostamente sagrado dessas pessoas, objetos ou lugares, e cuja violação acarreta ao culpado ou a seu grupo o castigo divino.

Tabu é superstição, instinto de medo, força condicionada ao temor e que depois se torna independente e fica arraigado culturalmente na mente do povo.

O que é tabu alimentar?

São crenças ligadas aos tipos de alimentos, hora imprópria para comer um tipo ou outro de alimento, idade, doença, valor social dos alimentos. Vou tentar falar sobre estes tabus alimentares explicando que na maioria das vezes misturar um determinado alimento com outro não faz nenhum mal, ao contrário do que nos dizem algumas pessoas, por exemplo que manga ou banana com feijão dá dor de barriga, isto não é verdade. Vou mostrar os tipos de tabus alimentares para que todos possam comer tudo sem problema algum.

Tabus com referência a hora que não devemos ingerir os alimentos:

As pessoas dizem que não podemos comer determinados tipos de alimentos à noite, mas não é verdade, podemos comer tanto frutas como feijão, ovos, pepinos, pimentões, repolho e carnes.

Antes do nascer do sol os alimentos mantêm a sua qualidade nutritiva como os ovos e as carnes.

Tabus ligados ao estado do organismo:

A gravidez, lactação e menstruação, constituem períodos em que grandes limitações são impostas à alimentação. As proibições variam de região para região. Dentro dos alimentos proibidos erroneamente estão as frutas cítricas, determinadas carnes e temperos. Assim temos que em certas regiões a mulher que acaba de ter um filho é alimentada os próximos 40 dias somente com canja de galinha e a super valorização da cerveja preta e das batatas que servem como estimulantes da secreção do leite e nada disto é verdade.

Tabus ligados a idade:

em geral este tabu visa às crianças e os velhos, onde lhes são vedados alimentos como: os ovos, carnes, crustáceos, certos frutos, queijo e feijão. Na puberdade há restrições ao uso de frutas ácidas, carne de porco, peru, pato, peixes, etc. Tais práticas conduzem freqüentemente a um estado de desnutrição crônica principalmente nas crianças.

Tabus ligados a doença:

É muito comum que verduras e frutas cruas são frias, pelo que devem ser proibidos nos gripados e febris. Bobageria, deve se estimular que estas doentes comam bastante frutas e verduras no seu estado natural. Em todo

O Brasil não seria exagero dizer que entre dez brasileiros cinco não comem ovos porque faz mal ao fígado, três não tomam leite porque faz mal ao fígado, dois não comem laranja porque também faz mal ao fígado. No entanto sete dos dez bebem bebidas alcoólicas sem ao menos lembrarem que o fígado existe.

Tabus ligados ao valor social dos alimentos: em todas as sociedades existem alimentos considerados de pobres e alimentos de ricos. Os pobres fazem o possível para adquirir os alimentos de ricos não importando que o seu valor nutritivo não seja de forma alguma a altura de seus preços. Os ricos torcem o nariz para os alimentos dos pobres não importando quão grande seja o seu valor alimentício.

As crises econômicas que, de vez em quando se abatam sobre as sociedades, acabam com grande parte desses tabus. Não faz muito tempo que a abóbora era considerado alimento de porco, verdura de lagartos ou de gringos, bucho e o bife era alimento de cachorro, angu considerado mata fome de escravo, jabá entulho do nordestino e banana comida de macaco. No entanto, hoje paga-se caro por estes alimentos, que já são habituais na mesa dos ricos e da classe

média, porém, desaparecem da mesa dos pobres por força de seu alto custo. Os tabus vem se constituindo numa poderosa causa da subnutrição.

Exemplos de tabus sem fundamento algum: frutas com determinadas comidas são proibidas, leite com frutas faz mal, não misturar mamão com manga porque são frutas "carregadas", laranja prejudica a quem tem feridas, comer abacaxi, manga ou caju durante a noite dá bucho inchado, ovo com fruta mata, consumir fruta com o sangue quente do sol faz mal, laranja de manhã é ouro de tarde é prata a noite mata, carnes escuras são perigosas, comer queijo com casca perde a memória, quem tem febre não deve comer carne.

Existem ainda muitos outros tabus que de tantos não podemos enumerá-los, mas são todos aplicados de uma maneira infundada, na maioria das vezes estes tabus alimentares causam a deficiência física e mental das crianças que crescem sem muitas das vezes terem comido alimentos de valor protéico muito necessários para um desenvolvimento sadio do corpo e da mente. Portanto, deixem de lado estas superstições e comam tudo o que lhes for servido, procurando aqueles alimentos que estejam com um aspecto bom e novo.



CHOCALHOS

Pode-se fazer chocalhos com latas pequenas ou frascos de plástico: limpar bem e colocar sementes, pedrinhas ou outros materiais que produzam sons.

Outras distrações:

- Pedacos de papel de alumínio amassados.
- Colheres de plástico colorido.
- Pedacos de papel colorido, cortado em espirais, quadrados ou círculos.
- Tiras de pano colorido.
- Carretel de linha.
- Argolas.
- Esponjas e outros objetos que sejam grandes o suficiente para não poderem ser engolidos.

O bebê, dos seis aos nove meses, gosta de atirar e derrubar os brinquedos, ele está aprendendo a soltar os objetos e quer praticar o seu novo aprendizado. Para facilitar o nosso trabalho, podemos amarrar os brinquedos na cadeira ou no carrinho, com um fio ou barbante.

BRINQUEDOS DE ENCAIXE

Aos sete meses (aproximadamente) o bebê começa a descobrir como colocar um objeto dentro do outro, principalmente os de forma cilíndrica, os quadrados são mais difíceis. Brincar com vasilhas de plástico, latas de vários tamanhos, alegro-o muito.

Brinquedos que podemos amarrar na cadeirinha:

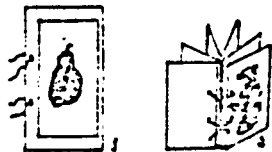
- Caneca de alumínio.
- Tampas de panela.
- Fitas coloridas.
- Colher de pau.
- Coador de chá.
- Latas vazias.
- Caixinhas vazias (Band-aid)
- Carretel de linha.

CARTÕES ILUSTRADOS

(Quando o bebê está começando a engatinhar e caminhar).

Materiais:
Cartões de cartolina ou papelão de 12x20cm.
Folhas retiradas de revista. Na escolha deve observar o seguinte:

- Figuras de cores fortes e bem coloridas, que chamem atenção.
- Figuras nítidas e grandes.
- Que retratem algo que o bebê já conheça, animais, frutas, etc.
- Cordão ou linha.
- Cole uma figura em cada cartão, deixando a margem esquerda um pouco mais larga (fig. 1).
- Faça dois furos no lado em que a margem é mais larga (fig. 1).
- Passe um fio em cada furo, juntando todos os cartões, formando um livro.
- Amarre o fio bem solto, para facilitar o manuseio (fig. 2).



Quando a criança começa a andar, ela gosta de puxar brinquedos atados a um barbante ou corda. Escolha objetos leves e inquebráveis que produzam som ao serem puxados (não muito barulhentos) Ex.: canecas de alumínio ou plástico, tubos de rolos de papel higiênico ou toalhas de papel, pinhas, copos de plástico, caixas pequenas de papelão, tampas de metal, etc.

Com caixas grandes de papelão, pode-se formar túneis para as crianças brincarem. Corte as extremidades de duas ou três caixas de papelão. Vire-as de lado e enfileire-as formando um túnel.

Fonte: BOSTON CHILDREN'S e outros. De uma atividade a seu filho. Rio de Janeiro, Livraria Odebrecht, Editora, 1976.

ANO V

Nº 31

147

Folhinha de

IDÉIAS

JANEIRO

1935

FAZENDO BRINQUEDOS PARA OS PEQUENOS

Quem faz? os maiores (8 a 10 anos)
Para quem? os menores (os bebês até 2 anos)
Para desenvolver:

- O tato - tocando pessoas e objetos, e sendo tocado;
- Audição - ouvindo sons, ritmos (tic-tac do relógio), canções cantadas, tocadas e assobiadas, etc.
- Visão: gravuras coloridas, móveis, fitas, tiras, panos e papéis coloridos (cores primárias - vermelho, amarelo e azul).

A criança desde bebê gosta de brincar com objetos caseiros, panos, almofadas, papéis e outros. Sentir a diferença de textura (suavidade) de papéis, panos e outros objetos, são experiências importantes para eles. Mais tarde, conseguem rasgar o papel, folhear revistas e livros, o que para nós adultos parece algo comum, sem importância. No entanto, para ela, é algo que exige esforço e atenção, é um aprendizado. É importante para a criança passar por essas experiências, ela quer descobrir as coisas com as quais convive e está familiarizada. Brincar e familiarizar-se com livros é importante para despertar o interesse pela leitura.

As vezes, ficamos chateados por não poder comprar brinquedos ou livros para as crianças. Esquecemos que elas não exigem sofisticado, além disso, a improvisação de brinquedos favorece bem mais o desenvolvimento da criatividade da criança. Os brinquedos atuais são muito perfeitos, e com isso exigem pouca imaginação da criança. As figuras coloridas de livros e revistas já despertam o interesse dos bebês que estão começando a andar. É bom para a criança satisfazer esse interesse, no entanto, não sempre temos condições de adquirir uma biblioteca para elas. Devemos então, fazer

certas revistas velhas e nós mesmos confeccionamos alguns livros, através de recortes e colagem (veja: cartões ilustrados). Muitos outros brinquedos podem ser confeccionados para as crianças, como: móveis, chocalhos, bichinhos, cartazes de parede, etc.

Sugerimos que os(as) monitor(es) orientem as crianças maiores na confecção de brinquedos para os bebês do berçário ou maternal. Elas poderão fazer os brinquedos e dar de presente aos pequenos do lar ou para os irmãos menores. Os bebês precisam de ambientes alegres para se distraírem, provavelmente as crianças maiores gostando de ver seus trabalhos alegrando os seus amiguinhos.

MÓBILES

São muito atrativos, principalmente para os bebês até os três meses, pois os mesmos passam grande parte do tempo dentados e precisam de algum estímulo visual. Os móveis podem ser feitos de materiais diversos materiais. Quando é para os bebês, é importante que seja bem colorido e de formas arredondadas. As folhas suspensas, as tiras podem ser confeccionadas com diversas técnicas, das mais simples até as mais sofisticadas. Tome algumas ideias que podem ser usadas, ou servir de estímulo para a criação de outros.

CASINHAS

Técnica: dobradura e colagem.

As cobras são simples, os detalhes (portas, janelas, etc.) são acrescentados com papel de outras cores (contrastantes). O telhado também pode ser enfeitado. Ao invés de usar papel na colagem, pode-se usar sementes, serragem, pausinhos ou aparas de lápis.

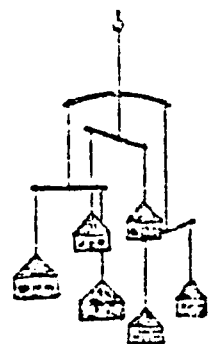
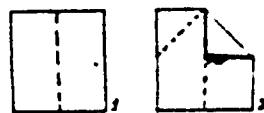
- corte um quadrado de papel (ofício gessado, revista, cartolina, etc.) e marque o meio do quadrado - dobrando (fig. 1);
- dobre as duas pontas até chegarem na linha do meio e cole (fig. 2);
- se o papel usado é muito fino, cole um papel mais grosso ou cartolina por trás da casinha;

- faça o acabamento (porta, janela, etc.), usando cores fortes e contrastantes para chamar a atenção (fig. 3 e 4);
- a casinha pode ser decorada dos dois lados, frente e verso.

Enquanto as crianças estiverem prontas, o monitor(a) faz o móbil, usando para isso:

- pedaço de bambu, galhos secos ou arame;
- fio de náilon ou linha.

Assim que as casinhas estiverem prontas, as crianças podem ajudar a afirmá-las no móbil. O móbil de casinhas é apenas uma sugestão, existem muitas outras que se pode fazer. Cabe ao monitor(a) ou às crianças a escolha das formas que serão suspensas nos móveis.



CÍRCULO

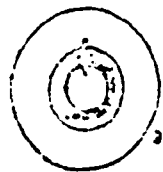
- Corte um círculo de papelão ou caixa de caneta com 15cm de raio (a medida pode variar de acordo com o tamanho desejado).
- Corte dois círculos de papel colorido, um de cada cor (vermelho e verde) do mesmo tamanho do círculo de papelão.
- Cole os círculos de papel colorido em cima do papelão, um de cada lado.
- Usando um compasso, marque círculos de 2 cm intercalados por círculos de 1/2 cm

tímetro de largura (fig. 1).

- Corte com estilete ou gilette, cuidado para não estregar o círculo mais largo (fig.2).

- Faça um furo com perfurador e amarre com fio de linha, de modo que fique um espaço regular entre eles (fig.3).

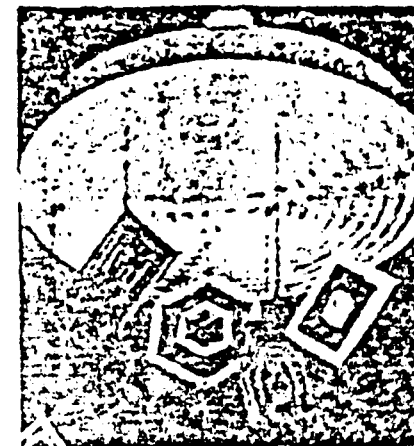
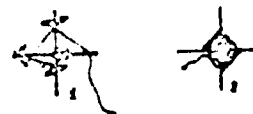
Experimente fazer o mesmo com outras figuras geométricas, quadrado, triângulo, oval e outras.



"OLHOS MÁGICOS"

- Fios, cordões ou lã.
- Dois pausinhos finos (15cm cada)
- Coloque um pausinho em cima do outro, em forma de cruz e amarre no meio.
- Enrole um fio comprido em torno das quatro pontas, dando uma volta em cada uma, de modo que os fios fiquem bem próximos. Continue enrolando até chegar ao fim dos pausinhos (fig. 1 e 2).
- Pode-se usar várias cores, o arremate é feito com um nó num dos pausinhos.
- Para mudar o formato, pode-se usar mais pausinhos; depois de fazer vários "olhos mágicos" faça com eles um móbil (fig.3).

(Artesanato para crianças - vol.4)



BRINQUEDOS DE APERTAR

Retalhos de tecido, toalhas e oleados podem ser costurados em diversas formas e depois enchidos com meias velhas, sobras de lã, flocos de espuma, etc. O tamanho pode variar, um bom tamanho para a criança pegar e apertar é o equivalente à metade de uma folha de ofício.

Formas: as crianças podem criar as mais diversas formas. Em forma de rosca é mais fácil para o bebê segurar (fig.1).

- Em primeiro lugar a criança desenha uma forma sobre o papel e depois passa para o tecido com um transmissor. A mesma forma deverá ser riscada duas vezes sobre o tecido (frente e verso). É muito importante

que a própria criança faça o molde, evite usar um molde pronto, deixe-a inventar o seu.

- Recortar as formas e colar uma sobre a outra com o lado avesso para fora.
- Alinhar e depois costurar a mão, deixando uma abertura de aproximadamente 5 cm (dependendo do tamanho do amofado ou bichinho (fig.2)).
- vire o lado contrário (interno) através da abertura e coloque o enchimento (meia de náilon, flocos de espuma, etc.).
- Feche a abertura, costurando com cuidado para esconder os pontos.

